



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 667 - DE 26 DE JUNHO A 10 DE JULHO DE 2022 - R\$ 5,00

A classe operária e demais trabalhadores sentem o peso da crise econômica e da desintegração do capitalismo mundial

A maioria oprimida está pagando com o crescimento da miséria e da fome!

A retomada das greves e revoltas em um patamar mais alto, depois dos anos de pandemia, indica o avanço das tendências da luta de classes

A guerra na Ucrânia se prolonga e espalha suas bárbaras consequências no mundo todo

A VANGUARDA COM CONSCIÊNCIA DE CLASSE TEM DIANTE DE SI A TAREFA DE ORGANIZAR AS LUTAS E TRABALHAR PELA SUPERAÇÃO DA CRISE DE DIREÇÃO

É imprescindível fortalecer a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra na Ucrânia

Viva os 87 anos de fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, seção do CERQUI !

Agrava-se a crise mundial, e projeta-se a luta de classes

A guerra na Ucrânia persiste no tempo. Nada indica que um acordo de paz esteja próximo. O avanço da Rússia sobre a região de Donbass indica que está próxima de alcançar seu objetivo militar. Em resposta, o imperialismo aprovou o início do processo de ingresso da Ucrânia e da Moldávia à União Europeia. Sabe-se que não passa de uma medida de propaganda política, uma vez que leva anos para se chegar à decisão final. Mas é um sinal de que o conflito se estenderá no tempo. E que o cerco da OTAN à Rússia vai prosseguir, seja lá qual for o acordo de cessação da guerra.

A mais nova zona de confronto é do enclave russo de Kaliningrado. A proibição pela Lituânia da Rússia, de utilizar a via férrea para transportar mercadorias, é uma clara provocação do imperialismo. A região do Báltico envolve países como Finlândia e Suécia, que se mostraram propensas a se submeter à OTAN. A declaração do governo finlandês, de que está preparado para um confronto com a Rússia, é mais um sintoma dos perigos de uma guerra ultrapassar as fronteiras da Ucrânia.

Observa-se a apreensão de Putin, quando reclamou dos Estados Unidos no Fórum Econômico dos Brics, nos seguintes termos: “Nossos empresários estão sendo obrigados a desenvolver suas atividades em condições difíceis, já que os aliados ocidentais omitem os princípios de base da economia de mercado, do livre-comércio.” E, ao mesmo tempo, Xi Jinping, da China, denunciou que os Estados Unidos se valem de “sua posição dominante no sistema financeiro global para impor sanções de forma desenfreada (...)”.

Tais manifestações refletem o agravamento da crise econômica mundial, que emergiu nos marcos da Pandemia e se potencializou com a guerra na Ucrânia. A elevação dos preços dos combustíveis e das commodities agrícolas vem atingindo amplamente as massas. Tudo indica que sejam corretas as previsões dos organismos internacionais, de que a economia mundial sofrerá um grande descenso nos próximos anos, a depender da queda do crescimento nos Estados Unidos e China.

As manifestações de setores do imperialismo europeu, de que é preciso encontrar uma via de solução da guerra, evidenciam o quanto a disparada inflacionária, as dificuldades de manter as cadeias comerciais funcionando, a provável queda na taxa de lucro de determinados setores, os exorbitantes ganhos dos cartéis petrolíferos, e as pressões recessivas, estão pesando na divisão da frente ocidental que alimenta a guerra na Ucrânia.

O problema principal, no entanto, está em que a miséria e a fome deram um gigantesco salto à frente. O peso da desintegração do capitalismo se torna cada vez mais insuportável para a classe operária e os demais trabalhadores. Autoridades e instituições internacionais alertam para o perigo da emergência

da luta de classes. As crises políticas ganham corpo, em várias partes do mundo. Os Estados Unidos e a Inglaterra, por serem potências, são exemplos mais visíveis no momento, porém, na França, Emmanuel Macron continua perdendo capacidade de governar. Crises políticas e luta de classes são expressões do processo de desagregação da economia e das relações sociais mundiais.

A greve geral dos trabalhadores dos trens e metrô na Inglaterra se chocou frontalmente com o governo de Boris Johnson, que tem congelado e reduzido a capacidade de compra dos salários, quando a inflação se eleva, bem como precarizado as relações de trabalho. A luta dos trabalhadores dos transportes públicos ingleses sinaliza que, na Europa, se gestam as tendências de revolta das massas.

A América Latina foi duramente sacrificada pela política burguesa no período da Pandemia, e agora está arcando com os reflexos da guerra na Ucrânia e das sanções econômicas, ditadas pelos Estados Unidos. A crise política e a luta de classes também marcam a vida do continente. A retomada dos protestos indígenas no Equador se dirige diretamente contra o governo burguês de Guillermo Lasso e o Congresso Nacional oligárquico. A eleição recente de Gabriel Boric, no Chile, e, agora, de Gustavo Petro, refletem as contradições que assaltam as massas oprimidas. Parte delas rechaça os velhos partidos burgueses, e é arrastada pelo reformismo, impotente diante do capitalismo em decomposição; parte desconhece as eleições e as instituições da burguesia. No Brasil, a volta de Lula e o PT à presidência é quase certa. O que significa fortalecer a política de conciliação de classes, em contraposição à luta independente do proletariado. Na Argentina, Bolívia e Nicarágua, os governos que posam de reformistas estão mergulhados em uma profunda crise política. Sob seus pés, fermenta-se o descontentamento operário e popular, impulsionado pelo desemprego, subemprego, baixos salários, miséria e fome.

É nessas condições que a vanguarda com consciência de classe e os destacamentos mais avançados do proletariado têm diante de si a tarefa de superar a crise de direção política. A situação é favorável. Trata-se de fundir o programa de reivindicações e a estratégia revolucionária com as revoltas em curso.

Ocupa uma importância particular a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional pelo fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação do bloqueio econômico-financeiro à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pela unidade revolucionária do proletariado mundial, para pôr fim à guerra e enfrentar a marcha da miséria e fome!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

CARTA ABERTA DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem e mobilizem os explorados contra a pobreza, miséria e fome!

Repudiamos o uso eleitoral das necessidades prementes, do sofrimento e do desespero dos oprimidos! Por um programa de luta e por uma organização independente da classe operária e dos demais trabalhadores!

21 de junho de 2022

Milhões de brasileiros não têm o que comer. A fome enfraquece os organismos e os mata. A miséria causa sofrimento, dor e desintegração social. A fome não poupa crianças, jovens, velhos, mulheres e homens! Se não se tem um emprego e um salário capaz de nutrir a família, a miséria avança sobre a família, e a fome os arrasta para a morte prematura.

A miséria e a fome são semeeiros das doenças, da criminalidade e de toda sorte de violência. E servem aos governantes, para se apresentarem com uma face humanitária, provedores de “programas sociais”; às instituições de caridade, para pedir auxílio em nome dos miseráveis e famintos; e, em época de eleições, como agora, para prometer soluções que nunca virão. Da mesa dos ricos exploradores e de seus governantes, somente caem migalhas.

Há muito, historicamente, já foi exposta a “geografia da fome”. Agora, está ainda mais espalhada por todos os recantos do Brasil. No passado, não muito distante, a fome levantava seu rosto frio e se destacava, principalmente, nas regiões de desenvolvimento mais atrasado do Norte e Nordeste. Hoje, o rico Sudeste e Sul se encontram tomados pelo avanço da pobreza, miséria e fome. As favelas e cortiços há muito existiram, mas progressivamente foram ganhando proporções gigantescas. Tornaram-se o refúgio de milhões de famílias. Retratam o caráter estrutural da miséria e da fome. Expõem a falência do capitalismo. E dão a dimensão do quanto o Estado burguês está voltado a conter as consequências brutais da miséria com a violência policial; o quanto se desviam recursos para as atividades parasitárias, antiprodutivas, e desintegradoras da vida social, e destruidoras de vidas humanas.

A miséria, a fome, as doenças, a criminalidade, os presídios superlotados e a mortandade causada pela ação policial são expressões estruturais do capitalismo envelhecido, decadente e bárbaro. Na mais portentosa megalópole do País, São Paulo, a mal denominada Cracolândia foi dispersada, à base da força policial, e os miseráveis espalhados pela cidade. Obrigatoriamente, vão ter de se aglutinar para sobreviver. A forma de vida social de sobrevivência em bando reflete o quanto a barbárie progrediu no Brasil, controlado por um punhado de capitalistas e de ricos, que não sabem o que fazer com tanta concentração de bens.

O narcotráfico internacional se enraizou profundamente no ambiente de miséria da maioria, de um lado, e de abundância da minoria. Somente se lava tanto dinheiro ilegal com a convivência do poder econômico e institucional. A fração da burguesia narcotraficante se encontra firmemente integrada na burguesia em geral, ou seja, em sua condição de exploradora e acumuladora de capital. Não surpreendeu o fato de o prefeito de Sorocaba ter aventado a intenção de criar uma barreira contra o deslocamento dos miseráveis da Cracolândia. A autoridade municipal se ou-



torgou o direito de copiar os governos europeus, que passaram a combater a imigração com as barreiras policiais. Somente não foi adiante, devido ao clamor que causou tamanha “insensibilidade” social. Mas, o sinal do prefeito não deixou de evidenciar o caráter de confinamento sofrido pelos miseráveis, que caem nas ruas e passam a sobreviver em bandos.

A miséria e a fome são estruturais na sociedade de classe, no caso, o capitalismo, como o é o desemprego e o subemprego. Mas, nas condições de crise econômica, se ampliam e se intensificam. O baixo crescimento, a estagnação e a recessão provocam destruição de forças produtivas, das quais fazem parte a força de trabalho. Em todo o mundo, desde a crise de 2008-2009, a situação de vida das massas vem se agravando. Com a Pandemia, fecharam-se milhões de fábricas, negócios e serviços. Essa derrocada da produção resultou em ampla destruição de postos de trabalho, em todas as latitudes.

O Brasil foi um dos países mais atingidos. A classe operária se viu diante de uma onda de fechamento de fábricas e de acordos sindicais traidores. As relações de trabalho se precarizaram, com a eliminação de antigos direitos e com a implantação da terceirização. A volta da inflação e, em particular, da alta do custo de vida comprimiram ainda mais os salários. Milhões de famílias vivem com um a menos de um salário-mínimo, sendo que, hoje, é preciso 66% de R\$ 1.212,00 para comprar uma cesta básica que custa R\$ 777,00.

Esses fatores econômico-sociais de conjunto explicam o salto à frente da pobreza, miséria e fome. Organismos da própria burguesia demonstram estatisticamente que 33,1 milhões de brasileiros passam fome. Em apenas um ano, o número de famintos cresceu

14,1 milhões. Entre 2004 e 2013, a multidão de famintos era de quase 9 milhões. A assombrosa escalada da miséria expressa a desintegração das forças produtivas do País, a superexploração capitalista, a enorme concentração de riqueza, e a incapacidade dos governos burgueses de protegerem a vida das massas.

É necessário assinalar que, durante a Pandemia, agravou-se o fenômeno da fome mundial, e que, no momento, as consequências da guerra na Ucrânia contribuem para a sua manutenção e possível expansão. Segundo informações recentes, 1,6 bilhão de seres humanos não se alimentam suficientemente, sendo que aproximadamente 440 milhões não têm o que comer.

Representantes do agronegócio se vangloriam que, nos últimos vinte anos, a agricultura brasileira cresceu 3,2% ao ano, enquanto a média mundial foi de 1,7%. Dizem que, graças à alta produtividade da agricultura nacional, entre 1978 e 2005, reduziram o preço dos alimentos, de forma que a diminuição do valor da cesta-básica foi cerca de 75%. E que, na atualidade, o campo brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas no mundo, sendo que, em dez anos, poderá alimentar um bilhão.

É certo que a agroindústria se tornou mais produtiva, e que seus capitalistas têm acumulado muita riqueza. Mas, essa constatação também é responsável pela crescente miséria das massas, uma vez que é parte da economia capitalista como um todo. Ao mesmo tempo em que a agroindústria e os serviços se fortaleciam, enfraquecia-se a indústria. Reconhece-se que o Brasil passa por um processo de desindustrialização. O fechamento de milhares de unidades fabris nos últimos anos resulta em deterioração da força de trabalho, de aumento do exército de desempregados e subempregados. É nessas condições que a cesta-básica foi elevada às alturas, sendo que consome mais da metade do salário-mínimo.

Para a burguesia e seus governantes, o problema está em como continuar protegendo os lucros e capitais, diante da contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção. Estima-se que a economia mundial terá baixo crescimento nos próximos anos, atingida pela guerra da Ucrânia. A economia do Brasil seguirá o mesmo caminho.

Para a classe operária e a maioria oprimida, o problema está em como se preservar da miséria e se proteger da fome. Esse é o seu problema imediato. Ou os explorados se levantam contra o desemprego, os baixos salários e destruição de seus direitos trabalhistas, ou a miséria e a fome continuarão a sacrificar milhões de

famílias. Para combater essas chagas do capitalismo, é preciso enfrentar os obstáculos erguidos pelas direções sindicais traídas, e pelos desvios políticos montados pelos partidos da burguesia.

Nesse momento, todos procuram explorar a fome como um motivo eleitoral. O PT, seu braço burocrático-sindical e aliados de esquerda vão utilizar-se de comitês de campanha pela democracia. Estão com a promessa de que um novo governo reformista – a volta de Lula – irá dar conta da miséria e da fome. Bolsonaro, por sua vez, joga com o assistencialismo do Estado. É obrigatório que a vanguarda com consciência de classe lute com o programa de reivindicações do proletariado e de independência de classe.

A erradicação da miséria e fome deve ser objetivo do proletariado. Para isso, a vanguarda com consciência de classe tem de combater em defesa do programa de reivindicações próprio dos explorados, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, ou seja, da luta por instituir um governo operário e camponês. As reivindicações imediatas são o ponto de partida para unir a maioria oprimida em torno à estratégia revolucionária do proletariado. Eis por que o POR vem realizando uma campanha sistemática pelo emprego (redução da jornada sem reduzir os salários, escala móvel das horas de trabalho), pelo salário mínimo vital (escala móvel de reajuste), por um aumento geral dos salários para repor as perdas salariais, pelo fim das contrarreformas trabalhista e previdenciária, pela estatização imediata das fábricas fechadas (controle operário da produção), pelo fim das privatizações e reestatização das já privatizadas.

Esse programa se choca frontalmente com os interesses da burguesia nacional e do imperialismo. O que exige a aliança operária e camponesa e a constituição de uma frente única anti-imperialista. Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para lançar o programa de reivindicações, e organizar um movimento nacional voltado à preparação da greve geral. Deve fazer parte dessa luta a defesa do fim da guerra na Ucrânia: desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas contra a Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

***Pela unidade operária e camponesa
contra a miséria e a fome!***

Notas nacionais

Educação sob o governo Bolsonaro

A prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, acusado de corrupção, é mais um episódio na atribulada política do governo ultradireitista de Bolsonaro.

O seu antecessor, Abraham Weintraub, fez um estardalhaço com seu programa reacionário de implantação da Escola Sem Partido. A grande esperança de Bolsonaro e bolsonaristas era a de subordinar o ensino e a educação à religião. O que pressupunha perseguir supostos esquerdistas e comunistas nas salas de aula.

Weintraub chegou a introduzir a delação de estudantes – orientados pela direita fascizante – contra professores. Uma militante do POR, em Natal, RN, foi vítima da delação, o que lhe custou uma transferência arbitrária de escola. Há outros casos,

que também foram abafados pela imprensa burguesa.

O macartismo de Bolsonaro não prosperou, mas ficou plantada a semente do autoritarismo escolar. Isso porque as direções dos sindicatos e do movimento estudantil se limitaram às denúncias. Não foram capazes de travar uma dura e persistente luta contra a Escola Sem Partido.

Uma das forças políticas que impulsionaram o autoritarismo escolar foi a das igrejas evangélicas, apoiadas por uma fração ultradireitista do catolicismo. Não por acaso, Bolsonaro trouxe o pastor Milton Ribeiro para suceder Weintraub, cuja função era a de que a política educacional permanecesse sob a orientação religiosa.

Esse extremo evidenciou que só formalmente o Estado brasileiro se declara laico. Nota-se o fato relevante de que a denominação evangélica, nas últimas décadas, ganhou força nos meios sociais, na política e, conseqüentemente, na condução do Estado burguês. A expansão e potenciação das várias vertentes evangélicas correspondem à profunda penetração material e ideológica do imperialismo norte-americano no Brasil e na América Latina.

A prisão de Ribeiro por corrupção revela o quanto os políticos serviais da burguesia se utilizam do Estado para corromper e roubar os cofres públicos. A vantagem de Ribeiro está em que se valeu de sua condição de pastor e de ministro para cobrar propina de prefeitos em troca de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse é apenas um dos casos de corrupção no governo de Bolsonaro.

É bom lembrar que no processo da Lava Jato contra o governo do PT, que levou à condenação e prisão de Lula, a imprensa afirmava que se tratava de um quadro de corrupção sistêmica, como se as ocorrências nos governos Fernando Collor de Melo e Fer-

nando Henrique Cardoso, para ficarmos aos casos mais próximos, fossem pontuais.

Essa falsificação não tem como se sustentar. A corrupção sempre foi sistêmica e endêmica no seio da política burguesa e do Estado. Não poderia ser diferente, uma vez que as relações de poder são determinadas por interesses capitalistas, e contrários às necessidades mais elementares da maioria oprimida.

A Polícia Federal prendeu o pastor ladrão, sem fazer os estardalhaços que fez nas prisões de petistas. Está de acordo com o clima eleitoral, marcado pela polarização entre Lula e Bolsonaro. Mas, sem dúvida, favorecerá o candidato petista. Nada mudará na prática corrupta, e no seu caráter sistêmico. Enquanto milhões passam fome, os partidos e politiquinhos da burguesia roubam e desperdiçam recursos nacionais.

A revolução social destruirá o Estado burguês e constituirá um Estado operário, um poder de operários e camponeses, ou seja, um poder da maioria oprimida. Essa é a condição para varrer a política burguesa, e com ela a corrupção.

O programa eleitoral de Lula é burguês

Em uma manifestação de seletos participantes da frente que sustenta a candidatura de Lula – PT, PSB, PCdoB, Solidariedade e PSOL –, foi divulgada a sua segunda versão do programa eleitoral. A crítica da direita liberal é de que nada mudou. As alterações do primeiro para o segundo projeto seriam cosméticas. Já a ala mais à esquerda da frente eleitoral não gostou do recuo da posição sobre a reforma trabalhista. A supressão da promessa de “revogação” da maldita contrarreforma soou como concessão ao vice-presidente Geraldo Alckmin, e à gente do tipo Paulinho da Força, chefe do Solidariedade.

Todos, da direita liberal à esquerda reformista, sabem que, se Lula ganhar, uma vez sentado na cadeira da presidência, não irá cumprir a promessa de revogar a reforma trabalhista.

A direita liberal está pela candidatura de Simone Tebet, da terceira via. E a esquerda reformista sonha com a volta triunfante de Lula, como se fosse possível realizar profundas reformas na economia, a começar restituindo antigos direitos trabalhistas, arrancados dos assalariados na ditadura civil de Temer. Não se vai alterar, porém, a essência da contrarreforma trabalhista, que facultou aos capitalistas maior liberdade de explorar a força de trabalho, e extrair uma taxa mais elevada de mais-valia.

Sobre a malfadada reforma da Previdência não há nem sombra de qualquer promessa de revogação. Mas se faz a promessa de “reconstrução da seguridade social”. A intenção se resume em taxar os mais ricos, combater a sonegação de impostos e desonerar impostos sobre o consumo.

Diante das pressões de setores do grande capital para que se avancem as privatizações sobre a Petrobras, Eletrobras, Correios, Banco do Brasil e Caixa Econômica, a promessa é de evitá-las. Diz que a Petrobras se fortalecerá como empresa estatal, ampliando seu raio de ação e capacidade produtiva, bem como adotando uma diretriz de preço que não siga os condicionamentos internacionais. Promete “reindustrializar” o país e realizar a famosa “reforma agrária”. Nessa linha, acena com a “revalorização do salário-mínimo”, de maneira que o programa já não promete sequer dobrar o seu valor, com se prometeu no passado, e não se cumpriu.

Sem dúvida, esse rol de promessas é distinto dos demais candidatos, que abraçam a causa liberal ou ultraliberal. As características do projeto petista e de sua frente eleitoral se identificam mais com o nacionalismo, ainda que limitado e temeroso.

A possibilidade de Lula trilhar o caminho do nacionalismo burguês em confronto com as forças liberais e ultraliberais, ou seja, francamente pró-imperialistas, são mínimas. Teria de recorrer às massas. O PT e sua frente política se veriam na contingência de acionar as centrais, sindicatos e movimentos, mobilizando as forças sociais dos explorados. Essa possibilidade é quase nula, como indica a prática da política de conciliação de classes, oposta à da luta de classes.

É com essa diferença de traços nacionalistas e reformistas que a frente eleitoral petista espera canalizar o descontentamento dos explorados diante do governo Bolsonaro e da desmoralização dos velhos partidos oligárquicos da burguesia. O programa eleitoral de Lula é de conteúdo e orientação burgueses. Não se pode ocultar sua natureza de classe. Somente pode servir à burguesia, e jamais à classe operária e aos demais trabalhadores.

Exatamente por ser burguês, não tem como cumprir suas principais promessas, que, no geral, correspondem à soberania nacional, à tarefa democrática da reforma agrária e à proteção dos assalariados.

O capitalismo sobrevive nas condições de desintegração de suas forças produtivas e avanço da barbárie social. É impossível reformá-lo. Lula, se eleito, se sujeitará, em última instância, às determinações do imperialismo e à vontade da oligarquia nacional.

A vanguarda com consciência de classe está obrigada a combater, tanto a direita burguesa liberal e ultraliberal, quanto a esquerda nacionalista e reformista, sem deixar de mostrar aos explorados suas diferenças e conseqüências de suas políticas. No fundamental, qualquer que seja o programa burguês e a linha política correspondente são contrapostos ao programa de reivindicações próprio dos explorados, sua estratégia histórica, organização independente e a luta de classes.

Rio Grande do Norte

Políticos burgueses se alinham com pré-candidaturas de Lula e Bolsonaro

PT prepara o caminho para retorno da oligarquia Alves ao governo do estado e ao Senado

Está conformada a divisão interburguesa nas eleições do Rio Grande do Norte. Dois campos se conformaram, sob pressão da polarização entre as pré-candidaturas de Lula e Bolsonaro.

De um lado, foi formada uma aliança oligárquica do PT com o MDB, PDT, PSB, PCdoB e PV, em que está presente a oligarquia Alves, por meio de suas duas frações: a primeira, encastelada tradicionalmente no MDB, é a fração ligada ao ex-senador Garibaldi Alves e seu filho, Walter Alves, que sairá como vice de Fátima Bezerra (PT); a segunda fração da oligarquia Alves é a do ex-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves (PDT), sairá como candidato a senador.

rior do estado, e sua vitória sobre o seu então adversário, e hoje aliado, Carlos Eduardo Alves (PDT).

Em 2018, Carlos Eduardo Alves (PDT) construiu sua candidatura a governador do estado a partir do apoio à candidatura de Bolsonaro. A virada para a aliança com a governadora Fátima Bezerra (PT) demonstra o jogo de interesse das oligarquias, e a oligarquização e o avançado grau de degeneração do PT no Estado burguês. A aliança do PT com os Alves reflete a linha estratégica do partido, que, desde sua origem, tem buscado se potencializar eleitoralmente na região Nordeste a partir das alianças com as oligarquias locais.

burguesa do PT.

No outro campo da disputa interburguesa, está o ex-vice governador da gestão Robinson Faria, e pré-candidato a governo do estado, Fábio Dantas (SD), e o ex-ministro do Desenvolvimento Regional do governo Bolsonaro, Rogério Marinho (PL), apoiados pelo atual ministro das Telecomunicações, Fábio Faria (PP, filho do ex-governador Robinson Faria), e pelo prefeito de Natal, Álvaro Dias (PSDB).

A disputa burguesa eleitoral está conformada. Durante os próximos meses, os explorados sofrerão pressão, em torno aos dois campos da disputa interburguesa. Está ausente uma candidatura revolucionária, que expresse os interesses históricos da classe operária, que respondem à crise e à barbárie capitalista: governo operário e camponês, emprego a todos, salário mínimo vital, expropriação dos latifúndios, e distribuição das terras aos camponeses, estatização sem indenização das fábricas e controle operário da produção, etc.

O POR está impossibilitado de lançar candidaturas, dado a existência de obstáculos institucionais burgueses. Somente as massas, na luta pelas suas reivindicações, poderão impor à burguesia o lançamento de candidaturas revolucionárias. O POR atua no processo eleitoral chamando o voto nulo, pelo programa de reivindicações transitórias, e pela construção do partido operário revolucionário.

A disputa burguesa eleitoral está conformada. Durante os próximos meses, os explorados sofrerão pressão, em torno aos dois campos da disputa interburguesa. Está ausente uma candidatura revolucionária, que expresse os interesses históricos da classe operária, que respondem à crise e à barbárie capitalista ...

Por meio dessa aliança, o PT prepara o retorno da oligarquia Alves ao poder. Em 2018, a então candidata ao governo do estado Fátima Bezerra (PT), com seu vice Antenor Roberto (PCdoB), já conformava uma aliança burguesa com o atual presidente da Assembleia Legislativa, Ezequiel Ferreira (PSDB), a FIERN e FECOMÉRCIO, e oligarcas locais, como o ex-prefeito de São Gonçalo do Amarante, Jaime Calado, o que lhe garantiu votos no inte-

Tamanha decomposição do PT levou uma parte da militância petista a votar contra a aliança com a oligarquia Alves. No entanto, não se tratou de uma crítica consequente à estratégia reformista burguesa do Partido dos Trabalhadores, mas apenas uma divergência pontual, uma expressão do espanto pequeno-burguês, diante do grau de decomposição a que o PT chegou. No fim das contas, toda a militância petista será centralizada em torno à busca de votos à candidatura

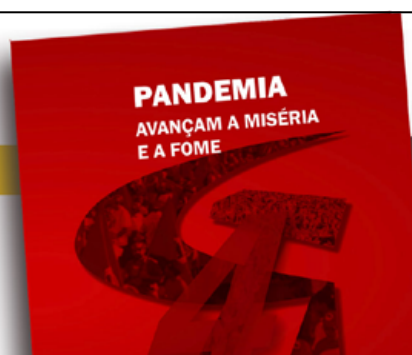
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Ceará

Boletim Nossa Classe – Construção Civil

O Boletim Nossa Classe trouxe três denúncias: 1) Perseguição política na Tenda; 2) empresa serve almoço estragado; 3) elevação dos preços dos combustíveis.

- 1) Perseguição política na Tenda. Diz que a construtora Tenda é antiga conhecida dos operários. Já tem a má fama de não respeitar os sábados de folga previstos na CCT, e de não assegurar condições de trabalho, onde os operários sofrem abusos da empresa. Agora, a empresa também vai ficando conhecida pela perseguição política. É o que tem acontecido em seus canteiros, onde o cipeiro, que batia de frente com a empresa em defesa dos trabalhadores, foi transferido da obra da Sapiro para a da Maraponga, para que não tivesse mais contato com os operários. A empresa, obviamente, alegou razões técnicas de finalização da obra da Maraponga, mas o fato é que foi transferido de uma obra com mais de 80 trabalhadores para outra com menos de 15, e onde a maioria é terceirizada. A nota conclui exigindo a volta imediata do cipeiro para seu antigo canteiro.
- 2) Operários abandonam canteiro da Mota Machado depois de empresa servir almoço estragado, azedo. A nota diz que a ação coletiva dos operários era a única resposta possível para tamanho abuso. Denuncia que esse fato tem acontecido em vários canteiros, e que os patrões que ganham uma fortuna

**Perseguição política na Tenda**

A construtora Tenda é antiga conhecida dos operários. Já tem a má fama de não respeitar os sábados de folga previstos na CCT, e de não assegurar condições de trabalho, onde os operários sofrem abusos da empresa. Agora, a empresa também vai ficando conhecida pela perseguição política.

com as obras estão pouco se importando com a alimentação dos operários, e contratam as fornecedoras mais baratas e de pior qualidade. Conclui apoiando a ação dos operários da Mota, que deve ser seguida em outros canteiros.

- 3) A nota sobre o novo aumento dos combustíveis mostra que é a população pobre que sofre as consequências. Diz que o governo Bolsonaro, entreguista e inimigo dos trabalhadores, finge indignação diante o aumento, e ameaça com CPI. Trata-se de uma manobra grosseira, que não engana ninguém: o governo controla a Petrobrás, é seu sócio majoritário, e entregou a empresa à sede de lucro dos acionistas privados. Encerra, fazendo a defesa da Petrobrás 100% estatal sob controle operário; que a CUT e demais centrais e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, para lutar contra as privatizações, fechamento de fábricas e os ataques do governo.

Pernambuco

Boletim Nossa Classe Pernambuco – junho

O Boletim Nossa Classe trouxe diversas questões em torno do crescimento da miséria e da fome no Brasil, que acompanha o ritmo do aumento do desemprego e destruição dos direitos trabalhistas, bem como a diminuição do poder de compra dos salários já rebaixados dos explorados. Junta-se a essas condições precárias de vida, o fechamento das fábricas, que incha ainda mais o exército de desempregados, sem nenhuma articulação resistente na defesa dos empregos por parte dos sindicatos. Assim foi na Kibon, em Jaboatão-PE, o sindicato abandonou os operários diante do fechamento da fábrica e destruição de 600 empregos. O Boletim evidencia o vínculo entre o aumento da fome e o prolongamento da guerra na Ucrânia, e ergue as bandeiras da campanha do CERQUI.

O Boletim traz uma nota sobre a campanha salarial dos rodoviários, iniciada em 19 de abril com assembleia; até o momento, não teve luta real com métodos próprios. A direção do sindicato (PSOL/Resistência) vem mantendo a categoria passiva, diante da enrolação patronal. Apesar da experiência concreta da demissão dos cobradores, que não foi revertida pela via parlamentar e judicial, a direção insiste em manter a categoria presa a estes métodos pequeno-burgueses. Assim, a patronal dita o ritmo, enrolando e não respondendo às reivindicações. Diante disso, defendemos: 1) Que o sindicato crie um comitê de mobilização, com representantes de base, eleitos em assembleias nas garagens, para preparar a greve. 2) Que o sindicato, junto com outros sindicatos e centrais, organizem um Dia Nacional de Lutas, com bloqueios e paralisações, em defesa dos empregos e salários.

O boletim também traz uma matéria sobre a tragédia que

resultou na morte de 129 pessoas em Pernambuco, devido aos desabamentos de barreiras e alagamentos com as chuvas, e que já era de conhecimento da burguesia e seus governos. Isso foi um crime dos capitalistas contra os explorados! As direções sindicais e populares se recusam a organizar a luta com independência de classe, se dedicam a eleger seus candidatos. Fizemos o alerta: nada de confiar nas promessas vazias dos politiquinhos nas eleições. As direções têm de organizar a luta por condições necessárias de vida, emprego, salário, moradia e saneamento.

Vinculamos a luta dos operários à luta contra a privatização das estatais. Os explorados devem levantar-se conjuntamente contra as privatizações, como a da Eletrobrás, Petrobrás, Correios, Bancos e CBTU. Em 5 de maio, foi anunciada a estadualização do Metrô do Recife, um pacto entre o governo Bolsonaro e Paulo Câmara, com R\$ 3,8 bilhões, para “sanear”, o que na verdade é para viabilizar o processo de privatização – assim, falta dinheiro para manutenção, mas o dinheiro brota para agilizar o processo de entrega aos capitalistas do transporte. A categoria metroviária se mobilizou, realizou assembleias com até 700 trabalhadores, e o governo do estado recuou, mesmo que momentaneamente. Não podemos, porém, acreditar na palavra dos politiquinhos. Por isso, exigimos que as centrais, sindicatos e movimentos se coloquem pela organização de um movimento contra a privatização das estatais e pela reestatização sem indenização das estatais privatizadas, sob o controle operário da produção. Que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, que preparem as condições para uma greve geral.

Boletim Nossa Classe Ecetista – junho

O Boletim de junho traz o informe sobre o início da Campanha Salarial 2022/2023 da categoria, cuja data-base é agosto. As duas federações, a FINTECT e a FENTECT, apresentaram os eixos da campanha deste ano, e os lançaram para o conjunto de sindicatos regionais e estaduais, que devem realizar assembleia neste e no início do próximo mês, para aprovar a pauta de reivindicações. O problema colocado na campanha deste ano é que um dos principais eixos aprovados pelas duas federações, a cetebista e a cutista, é a de apoio à candidatura de Lula/Aickmin.

O boletim já vinha denunciando a política eleitoreira das direções sindicais que, agora, abertamente, entram no jogo da disputa interburguesa. O boletim afirma: “As direções sindicais, ligadas ao PT e ao PCdoB, mentem, ao afirmar que Lula irá “revogar todo o atraso”. A falta de concursos públicos, outro eixo de nossa Campanha, não é de agora. Não há concursos desde 2011. O fundo de pensão Postalis, envolvido em grande corrupção, foi criado pelo governo Lula. Aliás, foi em seu governo que sindicalistas assumiram fundos, como o Previ, do Banco do Brasil, o Petros, da Petrobras. Foram também nos governos Lula e

Dilma que os Correios passaram pela pior crise orçamentária”. Para além da denúncia do eleitoralismo das direções sindicais, o Boletim defende que, com a abertura oficial da campanha, os trabalhadores utilizem as assembleias para defender bandeiras que correspondam à defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

Aproveitando as assembleias da Campanha, os ecetistas também devem pressionar as direções, e exigir que se organize uma campanha nacional para enfrentar a pobreza, a miséria e a fome. O boletim Nossa Classe está chamando a campanha por um “Dia Nacional de Lutas”, como primeiro passo para erguer as bandeiras e as reivindicações que podem realmente iniciar uma luta contra os governos e os capitalistas, e em defesa da vida das massas diante da crise econômico-social por que passa o país.

Por fim, como nos últimos meses, o boletim levanta a campanha internacionalista do CERQUI, pelo fim da Guerra na Ucrânia, que entrelaça a crise mundial do capitalismo ao atual conflito, e levanta as bandeiras que podem unificar o proletariado russo, ucraniano e europeu.

Paraná

Crescente parasitismo dos capitalistas do transporte

Os capitalistas do transporte das grandes cidades do Paraná estão conseguindo cada vez mais subsídios públicos para operar o sistema. Não bastasse o lucro, garantido nos contratos de concessão, exigem, a cada ano que passa, o aumento da tarifa e altos subsídios das prefeituras, para o funcionamento do serviço.

Alegam perdas de lucratividade durante a Pandemia, aumento de custos, perda de passageiros, etc. Mas estas reclamações são apenas para camuflar o patrocínio que recebem dos governos e o seu parasitismo.

Em Londrina, por exemplo, há uma legislação, aprovada em dezembro de 2021, que estabelece subsídio anual de R\$ 25 milhões às empresas, podendo ser reajustados, conforme os “prejuízos” apresentados pelos capitalistas. Isso mesmo! Sai do bolso da população a garantia de lucro dos capitalistas.

Na capital do estado, Curitiba, ocorre ainda coisa pior! O dinheiro que subsidia o sistema da cidade vem diretamente do governo do estado. Os impostos pagos por todos os paranaenses vão direto para o bolso dos capitalistas do transporte da região metropolitana. Essa benesse é concedida a partir de acordos entre empresários e o governo dos municípios, comandados por prefeitos do mesmo grupo político. São R\$ 16 milhões mensais, para a cidade de Curitiba, e R\$ 60 milhões, para a região metropolitana.

Outro agravante é a manobra que as empresas fazem para justificar mais dinheiro público. Atrasam salários e direitos trabalhistas dos funcionários de propósito. Muitas vezes, essa situação é pactuada com os próprios diretores de sindicatos vendidos. Os trabalhadores então são forçados a fazer greve, como um instrumento legítimo para salvaguardar sua sobrevivência, porém, acabam servido aos capitalistas do transporte para ganharem mais dinheiro.

Recentemente, na capital Paulista, foi exatamente isso que aconteceu. Um acordo de subsídio milionário foi destinado aos capitalistas do transporte para encerrar a greve. Não é diferente no Paraná. Assim têm ocorrido nas grandes cidades, Londrina, Maringá, Curitiba, etc.

Ainda em Londrina, recentemente, a prefeitura, mesmo declarando superávit no final de 2021, enviou para a Câmara de Vereadores um pedido de empréstimo de R\$ 100 milhões, com mais de R\$ 80 milhões em juros. E foi aprovado sem dificuldades. Menos de uma semana após essa decisão, a prefeitura declarou repasse de aproximadamente R\$ 6 milhões para a empresa de transporte Grande Londrina.

É uma roubalheira escancarada. Os trabalhadores do transporte coletivo, a juventude e os usuários precisam se organizar num grande movimento pela estatização dos transportes, sob controle dos trabalhadores. O financiamento do transporte, na verdade, já é estatizado, mas o lucro continua privado, favorecendo meia dúzia de capitalistas patrocinados pelos governos do estado e pelas prefeituras, como é o caso de Londrina. Por isso, os trabalhadores precisam lutar pela bandeira da estatização sem indenização dos transportes sob controle dos trabalhadores. Somente assim, teremos melhores condições de transporte, tarifa adequada ao valor do salário e da necessidade dos trabalhadores. ■

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A IV INTERNACIONAL

Ceará

Boletim O Proletário

O Boletim O Proletário é dirigido aos bairros operários de Fortaleza. Nesse mês de junho, trouxe a denúncia da privatização da Eletrobras. Denuncia o plano entreguista do governo Bolsonaro, e faz a defesa da estatal sob o controle operário da produção. Contém a reivindicação dos moradores, de iluminação das ruas da Quadra 5, e a exigência de fornecimento regular de energia nas ruas, assim como pela estatização imediata da Enel. Mostra a importância de uma Associação de Moradores no Aracapé, para organizar os moradores em defesa das melhorias

no bairro, a exemplo do posto de saúde, iluminação, pavimentação, esgoto, etc. Portanto, uma Associação ativa, de luta. Trouxe, também, a luta contra o descalço do governo e o abandono do canteiro central entre as quadras 2 e 3. O Jornal do bairro O Proletário chamou a imprensa (TV Cidade) e os moradores puderam denunciar a situação calamitosa em que vivem. Dias depois, a ENEL esteve no local para resolver o problema da iluminação. Essa foi uma demonstração de que somente com a luta é possível impor as reivindicações dos explorados.



São Paulo – Francisco Morato

Construir os comitês de luta nos bairros

Os trabalhadores e a juventude devem tomar à frente nas discussões em torno às suas reivindicações. As direções sindicais e estudantis estão de corpo e alma nas campanhas eleitorais. Isso se tem tornado uma pedra no meio do caminho para colocar de pé o movimento social em defesa dos empregos, salários, direitos e fim dos abusos praticados pelas prefeituras aos moradores dos bairros pobres.

Francisco Morato é um dos municípios mais pobres da Grande São Paulo, que convive com os serviços públicos sendo privatizados e com cobranças de taxas, como a que ocorre com a taxa de lixo na conta de água. A situação precária da saúde pública (SUS) é sentida no dia-a-dia, seja numa emergência ou fazendo um acompanhamento médico.

O PSOL, em Francisco Morato, ao tratar das reivindicações

dos trabalhadores, alimenta ilusões na Justiça burguesa, a exemplo do abaixo-assinado “A VOZ DO POVO FM”, contra a taxa do lixo. Da boca para fora, diz que concorda com os comitês de luta nos bairros, e com a convocação, utilizando o carro de som, para organizar os moradores em defesa de melhores condições de vida. Mas, como dissemos, não passam de palavras ao vento.

A Corrente Proletária tem atuado no sentido da defesa da unidade dos trabalhadores e da juventude, da constituição de seus organismos próprios de luta (comitês) e combatendo as ilusões eleitoreiras das direções do movimento. E tem chamado a vanguarda com consciência de classe a se colocar no terreno da independência de classe, dos métodos próprios dos explorados, e das reivindicações que unificam a população pobre dos bairros operários. ■

São Paulo – São Mateus

**Não aos comitês eleitoreiros e festivos
Sim aos comitês de luta para impor nossas reivindicações**

O PT e aliados lançaram o Comitê de luta da frente Lula-AI-cmin, na região de São Mateus. O evento festivo, que era para ser uma tribuna aos discursos dos candidatos petistas, se limitou a reunir antigos parlamentares da região. Só não fracassou totalmente, porque as crianças aproveitaram para brincar nas piscinas de bolinhas instaladas ao lado do Coreto da praça.

E por que chegou a esse ponto? É bom lembrar que a região de São Mateus foi um dos berços de nascimento do PT em São Paulo, com um histórico ligado ao ascenso grevista dos metalúrgicos do ABC. A região sempre esteve presente nas principais lutas do período pós ditadura militar: movimentos de saúde, moradia, construção de escolas/creches, etc. No entanto, a subida eleitoral do PT fez com que as direções desviassem o curso das lutas diretas, e criassem ilusões em torno a disputas eleitorais, em particular, aos mandatos legislativos. Hoje, se tornaram comuns as disputas entre grupos ligados a determinados parlamentares petistas. E as direções dos movimentos, na sua maioria, e as Associações de Moradores dos bairros se transformaram em “feudos” de determi-

nados parlamentares. O que resultou em disputas entre os grupos petistas e, inclusive, com acusações mútuas sobre as práticas que são desenvolvidas. Isso vem afastando uma parcela da população dos eventos promovidos pelo PT em épocas eleitorais.

O problema é que o bairro se empobreceu ainda mais. O desemprego e subemprego vêm golpeando as famílias. A saúde pública chegou ao fundo do poço, basta ver a tragédia que causou a Pandemia na região. Faltam escolas, creches, e a violência policial vêm assassinando a juventude. A saída dos petistas e aliados são as eleições de outubro, a troca de um governo burguês direitista por um governo burguês tido reformista. Não! Esse caminho não leva à organização dos explorados em defesa de suas reivindicações.

A Corrente Proletária, ao contrário dos comitês eleitoreiros, tem feito a campanha por erguer os comitês de luta, em defesa dos empregos, salários, direitos, moradia. Tem mostrado que, somente com independência de classe e com a luta direta, a maioria oprimida poderá obter vitórias. ■

São Paulo - Intervenção no ato do movimento Sem-Teto

Direções dos movimentos dividem, ao invés de unificarem



As direções dos Sem-Teto, Frente de Luta por Moradia (FLM) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) convocaram uma manifestação, que ocorreu no dia 21 de junho. O objetivo era o de exigir que Supremo Tribunal Federal (STF) renovasse a ADPF (Arguição de Descumprimento e desocupação de Preceitos Fundamentais), que tem seu prazo para terminar no final de junho. Trata-se de uma medida adotada durante a Pandemia, que teoricamente suspendia os despejos.

Ao invés de realizar uma única ma-



nifestação, a FLM concentrou os agrupamentos sem-teto sob sua direção no Pátio do Colégio. O MTST se concentrou na Avenida Paulista. Assim, a manifestação da FLM percorreu o centro da cidade, enquanto a do MTST desceu a Brigadeiro. A unidade ocorreu somente no começo do Viaduto Maria Paula, e no encerramento, em frente ao Palácio da Justiça. Nesse local, fizeram os discursos e entregaram uma carta do movimento pela renovação da ADPF.

As direções dos movimentos, controla-

dos pelo PT, PSOL e aliados, denunciam a situação em que se encontram milhares de sem-teto e as ações de despejos, que não cessaram durante a Pandemia. Cada governo de plantão aprovou um plano de construção de moradias. O PT criou o “Minha Casa, Minha Vida”, mas que logo se mostrou incapaz de incluir a maioria dos sem-teto, o que gerou descontentamento, a exemplo da Ocupação Copa do Povo, que, desde 2014, se tem deparado com os prazos e centenas de documentos exigidos, e nada de concreto. Bolsonaro, por sua vez, criou o “Casa Verde Amarela”, que já nasceu morto. Nos momentos eleitorais, como o de agora, as direções procuram conduzir os movimentos para o terreno das disputas burguesas. É o que se passa, com o apoio à candidatura de Lula. Essa posição reformista tem dificultado o avanço da consciência de classe dessa massa de sem-teto, que tende cada vez mais a crescer.

O Partido Operário Revolucionário interveio na manifestação, defendendo a independência política do movimento. Distribuiu o Manifesto, e fez um pronunciamento.

Pronunciamento do POR

Boa tarde, companheiros de luta!

Nós, do Partido Operário Revolucionário, viemos trazer uma saudação para essa importante e enorme manifestação. Assim como aquela manifestação de março, em que a gente colocou milhares nas ruas para defender a moradia. Essas manifestações estão plenamente corretas, porque elas usam os métodos próprios da classe operária e dos demais trabalhadores, que é o método da rua, da ocupação, da luta e da ação direta das massas. Esse é o caminho para conquistar as vitórias.

Por isso, camaradas, é hora de avançar nesse movimento. E, para isso, é preciso unificar todas as lutas que estão em curso no país. A gente vive uma situação de fome, miséria, barbárie e violência policial. Uma situação de barbárie completa, e por isso os movimentos não podem ser separados, corporativos. Esses dias, teve uma luta pela educação, mas só tinha estudantes. Depois, um ato contra o assassinato do Dom e do Bruno, e só tinha [os] indígenas. Teve uma luta do movimento negro, contra o assassinato do Genivaldo, e só tinha o movimento negro. A gente não pode lutar separado, temos de lutar juntos, unificados, para conquistar nossas reivindicações.

Por isso, companheiros, defendemos aqui, para finalizar, algumas propostas muito concretas para essa manifestação. A primeira delas é que é preciso convocar uma assembleia geral dos trabalhadores, dos sem-teto, dos desempregados, das ocupações, para que se possa decidir o caminho da luta. É muito importante a defesa de que se prorrogue a ADPF, mas a ADPF é limitada. É preciso que esse movimento seja parte de um movimento geral contra a miséria, contra a fome, contra violência policial. Esse é o caminho da luta.

O POR defende que as centrais e sindicatos incorporem a luta por moradia. A luta por moradia não é só das ocupações. É das centrais sindicais, é dos sindicatos, é dos grandes partidos. Todos têm de colocar as suas forças nas ruas, para defender a moradia, o emprego, os salários e os direitos trabalhistas. Finalizo, companheiros, fazendo a nossa defesa: o POR está nas portas de fábricas, chamando um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, bloqueios, greves, como forma de preparar a Greve Geral nesse país.

É isso companheiros, Viva a luta por moradia!

Na próxima página, publicamos o Boletim distribuído no ato



Chega de despejos! Moradia Para Todos!

Em defesa dos empregos, salários, direitos e moradia!

Organizar os comitês de empregados, subempregados, desempregados e sem-teto!

Milhares vivem nas ruas das cidades grandes, e esse problema já é sentido até nas cidades pequenas. O caso de São Paulo é simbólico: a prefeitura diz que são 30 mil sem teto, mas sabemos que são muito mais. Isso sem falar nos milhares que vivem nas ocupações, ameaçados constantemente de despejo. São mais de 132.290 famílias, que estiveram ou estão ameaçadas de despejo, e mais de 27.600 famílias foram despejadas de seus locais de moradia, durante a Pandemia. Alguns, para sair dessa situação, precisam viver nos morros e encostas, sob o risco de enchentes e deslizamentos, por cima ou por baixo, se chover é fatal.

A alta do custo de vida, principalmente dos alimentos e combustíveis (que também faz o preço dos alimentos e outros produtos subir), tem penalizado os mais pobres. A Pandemia e a guerra na Ucrânia aumentaram a crise que já existia. A fome já é uma realidade para mais da metade da população. Os nomes pomposos como “insegurança alimentar”, “pessoas em situação de rua”, etc., não mudam a realidade nua e crua: a miséria e a barbárie, que a maioria da população vive todos os dias.

Em março, os movimentos por moradia fizeram uma grande manifestação no centro financeiro de São Paulo. O grande mérito daquela manifestação foi mostrar que é possível unificar e colocar milhares nas ruas, parando a produção e atacando o bolso dos capitalistas, além de colocar os governos contra a parede. Naquele momento, o POR defendeu a unidade dos movimentos por moradia com as demais lutas que estavam ocorrendo no país, como as greves operárias contra os fechamentos de fábricas. Defendemos também os métodos próprios dos explorados, a ação direta das massas pelas manifestações massivas, ocupações, greves, bloqueios, etc.

Trata-se, agora, de avançar a luta exigindo que as centrais, sindicatos e movimentos tomem em suas mãos a defesa da moradia como parte da luta pelo emprego e salário. O crescimento do desemprego e subemprego, a alta do custo de vida e o salário mínimo de fome impossibilitam que milhões de famílias tenham uma moradia. A classe operária organizada tem como potencializar a luta dos sem-teto, que exigem do governo a moradia, e dar força à resistência coletiva contra os despejos. A formação de comitês de empregados, subempregados, desempregados e de sem-teto é a forma organizativa de unir os explorados em uma só força, contra a brutal exploração capitalista e suas bárbaras consequências sociais.

A manifestação de hoje – convocada pelos movimentos de moradia para pedir a prorrogação da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 828, liminar concedida pelo STF, que suspende despejos e desocupação coletiva em decorrência da Pandemia – deve avançar no sentido da organização dos comitês de base. Os despejos continuaram ocorrendo. Não basta apenas

um protesto. E não se deve confiar na justiça burguesa, que não cumpre nem as regras estabelecidas por ela mesma. Um exemplo marcante foi a desocupação na rua Augusta, em maio, que colocou na rua mulheres e crianças, em pleno dia mais frio do ano.

A explicação está na especulação imobiliária e nos lucros. Não importa se o dia está quente ou frio, se têm crianças e idosos, ou se são milhares de famílias, os interesses dos capitalistas estão sempre em primeiro lugar, e a justiça burguesa, os governos e a polícia estão aí para garantir que eles nunca saiam perdendo. É por isso que, apesar de ser importante a luta pela prorrogação da ADPF, ela será limitada, se não for parte de uma luta muito maior pelas necessidades mais sentidas pela maioria oprimida. Não podemos alimentar ilusões de que a troca de um governo por outro vai resolver o problema. Não resolveu antes, nem vai resolver agora. A luta deve ser com nossas próprias forças, e com nossos próprios métodos.

Para responder a essa situação, o POR defende que é preciso unir todos os sem-teto em uma única assembleia geral e popular, convocada amplamente e sob a democracia operária, onde todos que quiserem possam se manifestar. Uma assembleia que não seja palanque eleitoral de ninguém, mas sim para organizar a luta contra todos os despejos e por moradia para todos.

Que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com greves, paralisações e bloqueios, para preparar uma poderosa Greve Geral. E que se coloque pela defesa das necessidades dos explorados: EMPREGO, SALÁRIO, DIREITOS TRABALHISTAS e MORADIA. É com essas bandeiras que será possível colocar a maioria oprimida nas ruas, sem ilusões eleitorais.

Apoiem e defendam a campanha do Partido Operário Revolucionário pelo fim da guerra na Ucrânia

A guerra na Ucrânia já passou de três meses. Os Estados Unidos estão pela continuidade da guerra. A OTAN não para de enviar armas para que a resistência ucraniana continue enfrentando as tropas russas. O exército russo mantém os ataques militares. A barbárie social se espalha por todo o país. Milhões de refugiados ucranianos se concentram nos países vizinhos. E milhões se deslocam diariamente no interior do país.

O Partido Operário Revolucionário vem fazendo a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), em torno às bandeiras: 1) desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; 2) fim das sanções econômicas à Rússia; 3) pela autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. ■

Rio Grande do Sul

Vinte e quatro famílias são ameaçadas de despejo em Farroupilha – RS

No último mês, moradores das margens da RS-813 foram notificados pela DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem) de que deveriam deixar suas casas dentro de 15 dias. Passados 30 dias da notificação, as famílias ainda permanecem no local, pois, não têm para onde ir.

Segundo a imprensa local, há inclusive idosos sem renda habitando o local. O medo dos moradores é o de que, a qualquer momento, apareçam máquinas para colocar as casas abaixo, destruindo

seus pertences e os deixando no relento. Segundo o DAER, a ordem de desocupação é justificada pela necessidade de “preservar a faixa de domínio da rodovia, conforme determina a legislação estadual”. Não é de se surpreender que a “legislação estadual” não determine condições dignas de moradia e existência para essas e muitas outras famílias desamparadas.

A serra, a região mais rica do Estado – Farroupilha, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa – é onde desembarcam mui-

tos trabalhadores, vindos da fronteira, em busca de emprego; as fábricas estão lotadas de pessoas que deixaram o interior rural, em busca de trabalho, e o exército de desempregados se vai expandindo. Os bairros pobres estão vendo crescer sua população, e assim a “região onde tem serviço para todo mundo” vai mostrando-se como um antro de penúria, fome e violência, ultrapassando Porto Alegre.

Essa realidade só poderá ser transformada quando o proletariado e demais explorados riograndenses superarem o bloqueio de suas direções, e se colocarem em luta frontal contra os exploradores e seu estado. O bloqueio das lutas operárias mostra suas consequências a cada passo, não apenas com as enormes perdas salariais acumuladas, mas com o aumento de moradores de ruas, com o crime e a miséria se alastrando. ■

São Paulo

Atuação do POR no ato responsabilizando o governo Bolsonaro pelo assassinato do indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips

No sábado, dia 18 de junho, a CSP-Conlutas e o Sindsesp convocaram uma manifestação no MASP, por justiça a Bruno e Dom. O ato poderia ter sido amplamente assumido pelas direções sindicais e políticas, mas não foi o que ocorreu. Tratou-se de um ato desorganizado e esvaziado. Nem mesmo os

sindicatos que convocaram se esforçaram por chamar sua militância. Sequer havia um carro de som. Os partidos de esquerda, que costumam aparecer nas redes sociais como defensores das questões indígenas e da Amazônia, também não estiveram na manifestação. Estavam presentes um agrupamento indígena do

Pico do Jaraguá e um grupo culturalista, com fantasias e cartazes.

O POR interveio por meio do Manifesto, da banca de materiais e da agitação em torno a algumas palavras de ordem, que expressavam o conteúdo do Manifesto.

Publicamos abaixo o Manifesto

Somente a classe operária, os indígenas e os camponeses pobres unidos podem combater os assassinatos na Amazônia

Tudo indica que o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips foram tocados e mortos por jagunços, a mando de grupos econômicos. A polícia assegura que os irmãos Amarildo da Costa Oliveira e Oseney da Costa Oliveira praticaram o crime. Até agora, não se sabe nada sobre os mandantes.

A repercussão internacional do desaparecimento de um jornalista do “The Guardian” e um ativo ex-funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai) pressionou o presidente Bolsonaro, as Forças Armadas e policiais a realizarem uma ampla busca na região do Vale do Javari. A morosidade inicial somente foi modificada depois das denúncias de que o governo brasileiro não havia dado a devida atenção a um caso que tinha tudo para ser um assassinato.

Inúmeros assassinatos de camponeses, indígenas e ribeirinhos passam quase despercebidos dos noticiários. E a investigação e punição dos responsáveis não chegam aos assassinos e, muito menos, aos mandantes. Lembremos do assassinato de Maxciel Pereira dos Santos, em 2019, que denunciava, para a Fundação Nacional do Índio (Funai), as atividades ilegais de empresários, justamente na terra indígena do Vale do Javari. Maxciel morreu com dois tiros na nuca. O crime segue impune.

A Comissão Pastoral da Terra denunciou que, somente em 2021, ocorreram 28 assassinatos, envolvendo conflitos de terra. Rondônia é o estado que apresenta constantes assassinatos de indígenas. Nos três anos de governo Bolsonaro, os assassinatos cresceram 507%, na região em que Bruno e Dom foram assassinados, segundo a própria Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

O fato é que a região Amazônica, como um todo, se destaca pelo confronto de madeireiras, garimpeiros, pescadores e grileiros com indígenas, camponeses e ribeirinhos. Para agravar o quadro da desagregação social, que resulta em violência causada por interesses econômicos, contribui em muito o tráfico de drogas. A crescente atividade das organizações criminosas não se limita apenas

à utilização do território amazonense para escoar as drogas, como também aplicam recursos na exploração ilegal da madeira, extração mineral e pesca.

O narcotráfico internacional se potencia, graças à existência de uma fração burguesa narcotraficante, que se vincula a setores legais do poder econômico, a instituições do Estado e, em especial, a seu aparato repressivo. A força econômica das madeireiras, das mineradoras e da indústria de pesca, combinada com a capacidade financeira e política da fração burguesa narcotraficante, impôs seu império, em várias partes da Amazônia. Os governadores dos estados da região representam os interesses da oligarquia latifundiária e do agronegócio, e acobertam as várias atividades clandestinas, desenvolvidas nas zonas de preservação ambiental e nas reservas indígenas.

Os grandes produtores não se conformaram com a ascendência indígena sobre uma porção da região amazônica. É bom lembrar que, até hoje, os plantadores de arroz continuam pressionando os governantes para abrir o caminho às suas atividades econômicas na reserva indígena Raposa Serra do Sol. O Estado favorece o poder econômico a promover ações que dividem os indígenas e corrompem lideranças.

O desmatamento persiste, sob a sombra do governo Bolsonaro. A região Amazônica, por suas riquezas naturais, atrai inúmeras atividades econômicas, que fatalmente atingem o seu complexo ambiental. O capitalismo se caracteriza pela anarquia da produção social. Em outras palavras, a exploração dos recursos naturais não tem como seguir um planejamento racional.

O imperialismo europeu e norte-americano, desde sempre, procurou limitar a soberania do Brasil sobre a Amazônia. Em nome da proteção ambiental, vem impondo condições ao Estado brasileiro sobre como explorar as riquezas amazônicas. O governo Bolsonaro, expressando as Forças Armadas, tem afirmado que não abrirá mão da soberania brasileira sobre a região. Esse palavreado



serve para ocultar o favorecimento da penetração anárquica do poder econômico na floresta. As ONGs, mantidas desde o exterior, têm conflitado com o governo federal, por suspender travas legais e policiais à ampliação das atividades agrícolas, pastoris e extrativistas.

É nessas condições que as denúncias do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, contra a pesca e garimpo ilegais, se chocaram com os interesses dos poderosos grupos econômicos, que saqueiam a região. As suas mortes encomendadas seguem um padrão de assassinatos levados a cabo por jagunços.

A imprensa fez referência aos famosos casos de Chico Mendes, assassinado em 1988, e o da missionária americana, Dorothy Stang, em 2005. Inúmeros casos semelhantes seguiram esse tipo de violência do poder econômico, chegando agora ao bárbaro assassinato de Bruno e Dom. Mas, é preciso lembrar as chacinas de sem-terra em Corumbiara, 1995, Rondônia, e em Eldorado dos Carajás, 1996, Pará.

Não se trata apenas de lembrar, mas de reconhecer os assassinatos de Bruno e Dom como parte de uma história de violência, típica do capitalismo e da luta de classes. Nenhuma historieta sobre os direitos humanos irá servir de meio para a luta contra a violência reacionária utilizada pelos capitalistas, que se lançam ávidos à procura de negócios e lucros a qualquer custo.

As demarcações de terras indígenas vêm retardando o avanço desenfreado da penetração do poder econômico em determinadas áreas, mas não podendo impedi-la. O direito à autodeterminação dos povos indígenas está para ser alcançado. E só com a sua autodeterminação poderão controlar seus territórios e suas riquezas. Está comprovado que é inexequível a sua proteção pelo Estado burguês.

A autodeterminação dos índios é uma tarefa democrática da revolução proletária. E a revolução proletária depende da aliança de operários e camponeses para derrubar o poder da burguesia, expropriar a propriedade privada dos meios de produção, e transformá-la em propriedade social. Um governo revolucionário – operário e camponês – nacionalizará as terras e estabelecerá a planificação da exploração econômica das riquezas naturais, em geral, e a da Amazônia, em particular.

A luta pela apuração e punição dos assassinos de Bruno Pereira e Dom Phillips tem de fazer parte da luta contra o lastro de sangue que mancha o país. Somente será consequente se mobilizar operários, camponeses, indígenas e camadas da classe média arruinada, sob a estratégia da revolução proletária e da implantação do governo operário e camponês.

É com esse sentido e objetivo histórico que o POR se manifesta pela imediata revelação dos mandantes do crime e sua punição. Mas tem consciência de que o Estado burguês não pode ir às causas dos assassinatos e das chacinas. Eis por que o POR levanta a bandeira de constituir um Tribunal Popular, para apurar os crimes de classe da burguesia contra os explorados e para servir de instrumento de autodefesa dos oprimidos.

***Pela imediata revelação e punição dos assassinos de Bruno Pereira e Dom Phillips!
Pela constituição de um Tribunal Popular para apurar e punir os crimes da burguesia contra os explorados!*** ■

16 de junho de 2022

Ceará

Boletim da Corrente Proletária Estudantil – UECE

O Boletim contou com uma nota central sobre o restaurante universitário e duas outras, referentes ao fim da PEC 206 e a denúncia sobre a privatização da Eletrobras. Sobre o restaurante universitário (RU) diz que desde o início do funcionamento (em abril), os estudantes padecem com as enormes filas e as condições do local (cadeiras quebradas, etc.). Denuncia que a estrutura do RU é pequena para a quantidade de estudantes que o usam diariamente. E isso se deve aos cortes de recursos à universidade. Aponta que a luta em defesa do RU é parte da luta contra os cortes (expressão geral da crise capitalista que atinge a Educação), e por mais recursos à universidade. A tarefa do movimento estudantil é organizar uma firme campanha, em torno às bandeiras de: Ampliação da capacidade do RU; Por mais contratações e ampliação da cozinha. Conclui que a Corrente Proletária Estudantil/POR defende a convocação imediata de uma Assembleia Geral dos estudantes, assim como a

mobilização imediata de todos os CAs pela resolução do problema do RU.

A nota sobre a PEC 206 da cobrança de mensalidade nas universidades públicas denuncia como mais um passo da privatização do ensino superior público e que é preciso enterrá-la. Traz o chamado da Corrente Proletária Estudantil, para que as centrais, sindicatos e movimentos estudantis organizem uma luta nacional para por abaixo a PEC 206 e os cortes orçamentários do MEC com os métodos próprios dos explorados.

A última nota se refere à campanha do POR contra a privatização da Eletrobras, levado a cabo pelo governo entreguista de Bolsonaro. Faz a defesa da empresa estatal e do controle operário da produção, e exige que a CUT e sindicatos rompam com sua política de colaboração de classes, e convoque um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios, para pôr abaixo o plano de privatização do governo Bolsonaro.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Rio de Janeiro

Ações oportunistas e antidemocráticas da gestão do DCE da UFF

No dia 10 de junho, em reunião estudantil no campus Graça-atá para a organização do “Arraiá do Povo”, recebemos uma denúncia sobre a insuficiência do número das bolsas de assistência estudantil, e o descaso da PROAES no atendimento aos estudantes, o que foi rechaçado pelos presentes, que aprovaram a convocação de uma assembleia geral dos estudantes. Nesta reunião, os integrantes da gestão do DCE (UJS/Levante Popular da Juventude/JPT) se comprometeram a organizar e convocar uma assembleia no dia 20 de junho. A data foi uma decisão unânime, registrada na ata da reunião.

Na noite do dia 15, véspera do feriado que interromperia as atividades presenciais por todos os outros dias até a data da assembleia, recebemos do DCE a mensagem: “Semana que vem é uma semana muito importante na universidade. Primeiro turno da eleição da reitoria. Muitos militantes estão voltados especialmente para essa tarefa. É inviável a assembleia acontecer segunda-feira.” Temos de lembrar que também foi inviável a assembleia acontecer por 2 meses, desde a volta presencial, e inviável durante mais de 2 anos, antes disso. Além de ter sido inviável realizar as eleições para o DCE: apesar de expirado o prazo desde a Pandemia, a atual gestão se

mantém sem dar indícios de uma nova eleição.

O movimento estudantil saiu do imobilismo dos últimos anos a passos lentos, com as primeiras assembleias convocadas por coletivos como o “UFF Para o Povo”, em novembro, e “Movimento UFF pelo Passe Livre Universitário”, em maio. Metade do ano de 2022 se passou, e o DCE não fez uso desse instrumento fundamental para a autonomia universitária, uma única vez. Sem ela, os estudantes ficam de fora da tomada de decisões sobre os rumos da Universidade. Sem ela, a UFF continuará reagindo aos cortes fechando as suas portas para os estudantes que dependem da assistência estudantil para permanecer nela.

A Corrente Proletária Estudantil na UFF tem atuado junto a outros estudantes independentes e coletivos de oposição à atual direção do DCE e suas ações oportunistas e antidemocráticas. Esse grupo manteve o dia 20 para realizar uma reunião na frente do órgão responsável pela assistência estudantil. Lá foram tiradas uma carta-denúncia e uma nova proposta de assembleia para o dia 30, na qual deve ser definido um calendário de luta. É urgente superar a crise de direção no movimento estudantil. O caminho para isso é a ação coletiva, organizada, e a política proletária no seio da universidade. ■

Rio Grande do Norte

Estudantes secundaristas aprovam pauta de reivindicações

Nos últimos anos, a Escola Municipal Dom Joaquim de Almeida, por falta de um prédio próprio, tem funcionado uma parte das turmas no prédio da Escola Estadual Élia de Barros (Centro de São Gonçalo do Amarante), e outras sete turmas funcionam no prédio da UAB (Universidade Aberta do Brasil). Dessa forma, a comunidade escolar da Escola Dom Joaquim sofre, por ter de ficar dividida entre dois prédios, sem terem um espaço próprio.

Desde do início do ano letivo, os estudantes da Escola Municipal Dom Joaquim de Almeida, organizados por meio dos representantes de turmas, cinco membros por sala (Conselho de representantes de turmas), discutem os problemas da escola, e suas principais reivindicações: a não saída das turmas que funcionam no prédio da Escola Estadual Élia de Barros, reivindicando a reforma desta escola, e a construção de um novo prédio, para atender à comunidade escolar da Escola Municipal Dom Joaquim, no centro da cidade.



Ocorreram duas assembleias escolares, nos prédios em que funciona a Escola Dom Joaquim. Foram aprovadas trinta e três reivindicações da comunidade escolar, que sofre ao longo do tempo a destruição da educação pública, que inclui, além da reforma e construção de um novo prédio, a compra de materiais e contratação de mais funcionários.

Foi eleita uma comissão com a participação de estudante, professor e funcionário, e aprovada a data da ida à prefeitura, com a participação de toda comunidade escolar. No dia marcado, a direção da escola suspendeu as aulas, dizendo que era para ornamentar a escola para os festejos juninos. Ao tomar conhecimento da suspensão das aulas, os estudantes representantes se reuniram, discutiram e consultaram os estudantes em sala de aula, e decidiram adiar a ida a prefeitura, que ficou de acontecer

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

na volta do recesso escolar.

A mobilização dos estudantes e trabalhadores da Escola Municipal Dom Joaquim está expressando as tendências de luta em defesa da educação pública e das condições de ensino e trabalho, que têm sido duramente atacadas pelos governos. Mesmo uma

reivindicação fundamental, que é a escola ter o seu prédio próprio de funcionamento, é negligenciada pela prefeitura de São Gonçalo do Amarante. Será por meio das assembleias e manifestações, ou seja, com o método da ação direta, que os estudantes, pais e trabalhadores da escola conquistarão suas reivindicações.

São Paulo

Continua a luta contra as PEIs nos bairros proletários da capital e Mauá

Nas regiões mais pobres, é praticamente impossível implantar as PEIs. Justamente porque são bairros lotados de crianças e jovens. Mesmo assim, os serviços do governo continuam pressionando os diretores de escola a implantar esse modelo excludente de ensino.

Os diretores de escolas autoritários, amparados pelas Diretorias de Ensino, têm conduzido o processo de implantação das Escolas de Tempo Integral às costas dos verdadeiros interessados, que são os alunos, pais, funcionários e professores. Não há debates públicos, nem assembleias nos bairros, para discutir a PEI e as consequências do fechamento do período noturno. Para conseguir adesão dos Conselhos de Escola, os diretores têm utilizado de expedientes burocráticos. Fazem reuniões com pais, sem a presença dos professores, principalmente dos que se opõem. Tudo para conseguir os votos necessários. Na EE Vila Bela, Leste 3, além disso, a direção chamou o reforço policial, para impedir a presença da direção da Apeoesp regional. Na EE Negreiros, Leste 4, fez um primeiro Conselho de Escola a portas fechadas, e só abriu a conversa com os pais mediante a denúncia. Em Mauá, até nas escolas onde tem militantes, o procedimento está sendo parecido.

Na realidade, a luta dos professores, alunos e pais tem aumentado. O fechamento de salas e turnos significa expulsão dos alunos que trabalham, e de professores, que são obrigados a trabalhar em mais de uma rede de ensino. Os professores, pais e estudantes não aceitam essa situação de exclusão, de falta de vagas e de superlotação das escolas que mantêm o ensino regular.

A Corrente Proletária vem exigindo que o sindicato (Apeoesp) faça uma campanha unificada, o que exige assembleias massivas e ações coletivas de rua. A luta por escola contra as PEIs tem se mostrado ainda insuficiente para impor uma derrota ao governo. ■

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária – funcionários de escola

No dia 25 de junho, se realizou, depois de dois anos e meio, o Conselho Estadual de Representantes dos Funcionários da Educação – Afuse. A Corrente Proletária interveio com o Boletim, que trouxe as seguintes propostas:

1) A retomada presencial de todas as instâncias organizativas da categoria. Chamar Reuniões de Representantes das Unidades Escolares, e preparar a convocação de uma Assembleia Geral, para aprovar um plano de lutas por nossas reivindicações e os métodos para conquistá-lo; 2) Um plano de lutas com base em nossas necessidades básicas como: a) Por um Salário mínimo vital: uma família, para sobreviver dignamente, necessita de um salário mínimo de R\$ 6.535,40, segundo o Dieese. Devemos, em Assembleia Geral, calcular a base salarial de nossa categoria, somente os trabalhadores reunidos coletivamente podem tomar as decisões do quanto necessitam para sobreviver; b) Pelo reajuste salarial conforme o aumento dos preços. A reposição das perdas dos últimos dois anos e meio tem de ser calculada e apresentada à categoria, cujo valor deve ser aprovado por uma assembleia geral; c) efetivação dos trabalhadores terceirizados que prestam serviço nas escolas, com as mesmas condições de trabalho e direitos de um funcionário concursado, fim de todo tipo de terceirização. Combater a terceirização e a privatização da Educação. Não tem como se defender a escola pública e gratuita para todos, bem como o emprego e um salário vital, senão por meio da unidade com os demais trabalhadores. ■

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da
Comuna de Paris
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Nova
Coleção
Editorial

Boletim da Corrente Proletária – Universidade

O Boletim de junho 2022 abre com a nota *“Responder à guerra, miséria e fome com os métodos da luta de classes”* em que aponta a responsabilidade do imperialismo pela guerra na Ucrânia e as próprias guerras como formas de destruição de forças produtivas. A fome, miséria, desemprego, baixos salários e aposentadorias são outras formas de destruição de forças produtivas em curso. Em face dessas terríveis condições, as massas reagem instintivamente, mas, são bloqueadas pelas suas direções, que neste momento, canalizam a revolta popular para o circo eleitoral e as ilusões democráticas. A nota conclui defendendo que as centrais e sindicatos convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, com paralisações e bloqueios, por empregos, salários, direitos e contra as privatizações, como passo na construção da greve geral.

O retorno compulsório ao funcionamento presencial nas universidades também é analisado e se denuncia que o prolongamento da suspensão de aulas foi utilizado para adaptar as universidades aos cortes orçamentários e à expansão do EaD.

Outra matéria analisa o processo privatização da Eletrobrás e a preparação da privatização dos correios, bancos públicos e metrô, que passa pela redução de funcionários e fatiamento dos setores mais lucrativos para facilitar a privatização. Nesta matéria se explica que *“que se trata de uma política do grande capital, do imperialismo, de dilapidar as riquezas nacionais das semicolônias e sustentar o parasitismo da dívida pública”*. Diante disso, se constata que as direções dos sindicatos envolvidos se limitaram a fazer lobby parlamentar e campanhas virtuais. A conclusão é de que *“uma resposta à altura depende de um movimento nacional, de uma campanha nacional, de uma frente anti-imperialista que defenda os empregos, os direitos, os serviços públicos e as riquezas nacionais”*.

Neste Boletim se denuncia a greve dos federais como um blefe, pois as direções tudo fizeram para desorganizar as campanhas e, as categorias que entraram em greve (INSS) ficaram isoladas. A nota se pergunta: *“Por que não ocorre a construção de uma greve unificada da educação?”*. E a resposta é porque a unidade *“se dá sob a política pequeno burguesa da pressão jurídico-*

parlamentar pelo reforçamento das ilusões eleitorais”. Outra nota avalia os atos do 9 de junho contra os cortes do governo no orçamento da educação alertando para o perigo do movimento docente e universitário se adaptar a esses cortes, tornando-se mais excludente e assimilando o EaD. Defendendo que o ensino superior deve ser integralmente público, gratuito e universal.

O retorno compulsório ao funcionamento presencial nas universidades também é analisado e se denuncia que o prolongamento da suspensão de aulas foi utilizado para adaptar as universidades aos cortes orçamentários e à expansão do EaD. As direções sindicais se limitaram a elaborar questionários, manuais de protocolos de biossegurança, ou até mesmo “greves sanitárias”, que não passaram de boicotes individuais ou prolongamento do trabalho remoto. Defende-se: *“Nenhum retorno ao ensino remoto; as condições de biossegurança [...] só podem ser conquistadas por meio da luta coletiva, presencial, do conjunto da comunidade universitária; e as reivindicações para garantir as condições de trabalho e de saúde devem [...] concluir com as assembleias gerais universitárias”*.

Duas matérias denunciam a postura das burocracias sindicais em face das perdas salariais. No Paraná, alguns sindicatos docentes procuram um “atalho” para diminuir perdas salariais pela via de revisar o plano de cargos e salários, rompendo a unidade necessária com o conjunto do funcionalismo. Já a direção da ADUERN desarma a base ao apoiar resolução dos conselhos superiores instituindo avaliação de desempenho, apresentada como uma forma de alterar salários e não como o que de fato é, um retrocesso e a perda de mais direitos. A direção sindical especula com algumas migalhas que amenizem as perdas, para depois comemorá-las como grandes vitórias.

Finalmente, uma nota denuncia a direção da ADUFEPE por não se integrar às campanhas nacionais do ANDES, ao qual está formalmente integrada, mas na realidade boicota. Esta burocracia se fortaleceu com o uso dos meios virtuais em substituição aos métodos próprios dos trabalhadores. Conclui que *“é urgente rejeitar qualquer resquício de espaços deliberativos virtuais ou híbridos. Precisamos reagrupar a oposição e batalhar para reaproximar o movimento docente da UFPE e o movimento nacional, se preparando para enfrentar novas investidas divisionistas do PCdoB”*.



R\$30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Montadora impôs acordo de redução de jornada com redução de salário com o consentimento da burocracia sindical

A montadora alemã Volks impôs, mais uma vez, um acordo de corte de salário. Primeiro, determinou férias coletivas, de 27 de junho a 7 de julho. No retorno, iniciará a aplicação do acordo firmado com a burocracia do sindicato. Alegando falta de componentes, descarrega o problema sobre as costas dos operários. Diz que essa medida faz parte do acordo, que tem vigência por cinco anos. Isso ocorre no momento em que o custo de vida está nas alturas, e a inflação oficial alcançou 12%.

Sempre os burocratas sindicais procuram mostrar que o acordo não foi tão ruim. Dizem, agora, que a empresa queria parar um turno todo, e que isso

prejudicaria, principalmente, os terceirizados. E que a redução da jornada com redução de salários causaria menor “impacto na cadeia de produção”. Ainda mais: que a redução de salário poderá durar alguns meses, a depender da crise por falta de peças. Eis aí mais uma “lábria” dos traidores da classe operária. Isso ocorre porque não sofrem as consequências do corte de salários.

Um dos dirigentes chegou a elogiar o acordo de redução de jornada e salário. Como papagaio, reproduziu a fala da multinacional: “O acordo assegura previsibilidade, longevidade e investimentos”. Lamentou o fato de a Toyota não fazer um acordo como esse da Volks. E aproveitou

para criticar o governo (Bolsonaro), por não ter nenhuma medida de proteção aos empregos. Descaradamente, se referiu ao vergonhoso programa do governo Dilma Rousseff, o PPE, que, como todo mundo sabe, não garantiu nenhum emprego.

A burocracia sindical age dessa forma, porque não tem à sua frente uma oposição metalúrgica organizada. Essa é uma tarefa da vanguarda com consciência de classe: organizar uma oposição classista e de luta, desde as fábricas. Uma oposição capaz de combater a burocracia sindical, que utiliza os sindicatos para assinar acordos contra a classe operária. Uma oposição de luta para combater os acordos impostos pelo patronato.

Sindicato metalúrgico e a farsa do “Fórum da Indústria do ABC”

No dia 15 de junho, o sindicato dos Metalúrgicos organizou, no Senac de Santo André, o primeiro “Fórum da indústria do ABC”. O Fórum, segundo a burocracia, era para “discutir e propor ações de fortalecimento da indústria da região”. Cerca de 60 dirigentes sindicais, representantes de universidades, empresas, e do poder público municipal e estadual, participaram do evento.

A política da direção dos Metalúrgicos está no sentido oposto do que se deve fazer o sindicato. A burocracia está totalmente adaptada ao Estado burguês e suas instituições. Em lugar de organizar a luta independente da classe operária em defesa dos empregos e salários, contra o fechamento de fábricas por meio da ação direta, a direção faz o contrário, passou a conciliar, criar organismos como a “Agência de desenvolvimento econômico do grande ABC”, que serve para elaborar projetos patronais a serem debatidos nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, com o objetivo de manter a exploração, administrar o capitalismo.

A direção, que diz querer discutir e propor ações de fortalecimento da indústria no ABC, é a mesma pelegada que negociou o fechamento das quatro unidades da Ford no Brasil, condenando milhares de operários ao desemprego. É a mesma que negociou o fechamento da Toyota de São Bernardo, em junho de 2022, colocando na rua mais 500 operários. Na prática, tanto os Metalúrgicos do ABC, ligados à CUT, como os sindicatos ligados à Força Sindical, Conlutas e demais centrais no país, têm ajudado os patrões a fecharem fábricas, demitir em massa, reduzir salários e direitos.

A desindustrialização e a resposta da classe operária

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram a queda da indústria na formação do PIB, nos últimos anos. Em 2021, o PIB brasileiro somou R\$ 8,7 trilhões. A indústria foi responsável por 18,9%. Dez anos antes, em 2011, o percentual era de 23,1%. Nos anos 1980, o peso da indústria de transformação no PIB era de 33%; hoje, é de 16%.

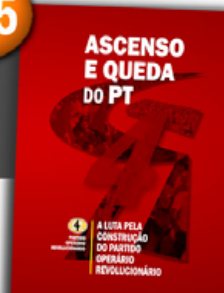
Está claro que os acordos de demissão em massa, PDV, lay-off, redução de jornada com redução de salários, feitos pela burocracia reformista da CUT/PT, como a centrista da Conlutas/PSTU, têm ajudado os capitalistas. A bandeira da ocupação, controle operário coletivo, estatização sem indenização, é a resposta da classe operária para impedir o fechamento das fábricas, e defender os empregos, salários e direitos. Nenhum governo burguês, estadual ou federal poderá desenvolver a indústria, como pretende a burocracia sindical, frente aos anúncios de fechamento das fábricas. Somente um governo da classe operária, que se constituirá pela via da revolução social, poderá defender a indústria nacional e desenvolver suas forças produtivas. A expropriação da burguesia e a transformação da propriedade privada dos meios de produção romperá a camisa de força das relações capitalistas de produção, que têm levado à desindustrialização no Brasil.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Não às mentiras eleitorais

Organizar os explorados para a ação direta

A crise econômica que explodiu em 2008 nos Estados Unidos se espalhou por todo o mundo. As saídas impostas pela burguesia imperialista têm descarregado o peso da crise sobre os países semicoloniais e sobre os ombros a maioria oprimida. Os dois anos de Pandemia, e a prolongada guerra na Ucrânia, só fizeram agitar a crise e suas brutais consequências, que empurraram mais de 1 bilhão de pessoas à fome e à miséria.

No Brasil, desde a recessão de 2015, a economia não dá sinais de recuperação. O governo segue às diretrizes do capital financeiro. Assim, adotou-se um plano de privatizações das empresas estatais. Impôs as contrarreformas (trabalhista e previdenciária). Decretou inúmeras Medidas Provisórias em favor dos capitalistas. Esse conjunto de ataques vem resultando em consequências terríveis à classe operária e demais explorados.

Um país, que ocupa um dos primeiros lugares em exportação de produtos agrícolas e carnes, possui 33 milhões passando fome, e 125,2 milhões de pessoas, que não podem contar com as refeições diárias básicas, vivem a “insegurança alimentar”. O valor da cesta-básica saltou de R\$ 467,65 para R\$ 777,92, de 2019 a 2022, portanto um crescimento de mais de 66%. Basta ver o preço do feijão, que teve um aumento de 63,71%, óleo, 198,8%, e do leite, 49%. Sem contar a carne, que aumentou 88,35%.

A situação se agrava, quando milhões de trabalhadores e aposentadores têm como única fonte de renda o salário mínimo de R\$ 1.212,00. E quando 11 milhões de trabalhadores estão desempregados, e 26 milhões, subempregados.

As direções sindicais reconhecem que a crise se aprofundou, em função da Pandemia e da guerra na Ucrânia, mas aproveitam o momento para responsabilizar eleitoralmente a política do gover-

no Bolsonaro, tipificado como “desconectado com a realidade”, que não adota medidas para “aliviar o processo inflacionário” e, conseqüentemente, a fome e a miséria. Como solução, apresentam as candidaturas do chamado “campo progressista”: parlamentares e governadores, e, como presidente da República, Lula. Ou seja, a troca de um governo burguês direitista, por outro governo burguês, tido como democrático. Alimentam ilusões de que as eleições de outubro são a única alternativa para o povo pobre. Daí a campanha demagógica do “vote certo”, para que o Brasil possa retomar o rumo do desenvolvimento, que foi interrompido com o golpe de 2016 e a eleição de um governo de direita, que desmontou as políticas econômicas e sociais dos governos petistas.

É falso que essa seja a alternativa para enfrentar a fome e a miséria. Somente os trabalhadores, com suas próprias forças, suas reivindicações, e seus métodos de luta, podem combater a exploração capitalista e os governos burgueses, antinacionais e antipopulares.

Essas direções, na realidade, usam a desgraça do povo pobre para inflar os chamados “comitês de luta e pela democracia”. Como ação, aprovaram três dias de atividades, 24, 25 e 26 de junho, desses comitês, sob o slogan “tá tudo muito caro, o povo é que sente!”, nas portas de supermercados, feiras, padarias e do comércio, em geral. Dizem que a mobilização é para estimular todos os que querem fazer alguma coisa para reconstruir o Brasil. Daí o vale-tudo: panfletagens, caminhadas, eventos culturais e utilização das redes sociais. Trata-se, como se vê, de ações puramente distracionistas. Não visam a organizar os explorados, unitariamente, para enfrentar o governo com suas próprias reivindicações, ou seja, exigência de emprego a todos, e salário necessário para manter dignamente uma família.

■ Sindicato da CSP-Conlutas aceita o fechamento da Caoa Chery

Diante do anúncio do fechamento da Caoa-Chery, a direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, vinculado à CSP-Conlutas/PSTU, anunciou sua proposta de exigir da montadora o layoff. Como foi negado pela empresa, com o argumento de que o layoff pressupõe o retorno das atividades e a decisão é de fechamento da unidade de Jacareí, a direção do sindicato recorreu ao prefeito, vereadores, no sentido de aprovar um projeto para a permanência da montadora no município. Como era previsto, não deu em nada. Ao mesmo tempo, acionou a Justiça do Trabalho, para que a empresa fizesse uma proposta de indenização aos operários. Durante esses 37 dias, organizou um acampamento, realizou assembleias e manifestações. Nos discursos, os dirigentes falavam da estatização e ocupação. Chegaram a

realizar um ato dentro da fábrica, uma ocupação simbólica, por tempo determinado. No entanto, jogavam peso nas reuniões de conciliação, em torno aos valores das indenizações.

Finalmente, no dia 10 de junho, a direção do sindicato levou para a assembleia a proposta do acordo entre a empresa e Ministério Público, que se resumiu ao teto máximo de 15 salários para os operários com mais tempo de empresa. Portanto, aceitou as demissões, em troca de uma indenização, que, para a montadora, é irrisória. Como se vê, as direções sindicais, sejam de direita, reformista ou centrista, têm a mesma política. Rejeitam organizar uma luta geral contra o fechamento de fábricas, não lutam pela estatização e controle operário das fábricas fechadas, e aceitam as demissões em massa.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Formação Política

A luta contra a privatização da Educação e das empresas estatais

No dia 11 de junho, realizamos na UFPE a formação política, com o tema: A luta contra a privatização da Educação e das empresas estatais. A escolha do tema se deu para responder às medidas de ataque em torno dos cortes de verba para Educação; projeto de cobrança de mensalidade nas instituições públicas de ensino, apresentado pelo governo; e concretização da privatização da Eletrobrás. Afoi feito o estudo de dois textos, “Ameaças crescentes à gratuidade do ensino superior público”, da Revista Proletária da Educação 09; e a carta do POR às Centrais, sindicatos, movimentos e trabalhadores, “É necessário organizar imediatamente a luta contra as privatizações”, de 21/05/22.

Sobre as ameaças à gratuidade, o texto traz o histórico do ensino superior no Brasil, e inicia apontando os elementos particulares: desenvolvimento tardio, em comparação a América Espanhola; ser um dos mais privados do mundo; baixa taxa de jovens matriculados; coexistência entre o ensino superior público e gratuito (minoritário) e o privado (amplamente majoritário).

Sobre o desenvolvimento tardio das universidades no Brasil, foram discutidos elementos que relacionam este aspecto ao crescimento econômico. Foi considerado o atraso no desenvolvimento das forças produtivas, o que levou inclusive à proibição da manufatura no Brasil, que servia apenas para exportação de matéria-prima. Sob cópia do projeto de escola superior de Portugal, as universidades nascem caducas no Brasil, sendo um conglomerado de escolas superiores (particulares, confessionais, unifuncionais). A necessidade da pequena burguesia urbana pela reforma universitária surge no final da década de 1950. A crise dos “excedentes”, estudantes aptos que não entravam nas universidades públicas por falta de vagas, impulsionou o movimento por ampliação de vagas. Diante das tentativas do governo militar de cobrar mensalidades, já sob a influência direta do imperialismo norte-americano, houve movimentos contra a cobrança de mensalidades. Sob a Ditadura Militar, se fez a reforma universitária – sob acordos e seguindo o padrão norte americano, onde já se indicava o processo de privatização, criaram-se os concursos vestibulares, e ampliou-se o ensino privado, inclusive com financiamento público. A gratuidade é garantida legalmente no Brasil, com a Constituição Federal de 1988, como uma necessidade econômica. Antes disso, havia a prática de “gratuidade condicionada”, das Constituições de 1934, 1946, 1967, e revisada e em 1969.

A elitização da universidade é um dos argumentos neoliberais para cobrança de mensalidades. Na discussão, uma convidada apontou as cotas aplicadas pelo governo PT, e o aumento da quantidade de pobres e negros nas universidades como sinal de democratização. Uma militante respondeu que o aumento percentual de negros e pobres

no interior da universidade não faz com que a universidade deixe de ser elitista, visto que a maioria dos jovens continua excluído deste espaço. É importante compreender a raiz dos problemas da universidade, que está na luta de classes. O ensino superior só deixará de ser elitista com acesso livre. Mas, o que vemos é uma adaptação das direções das entidades estudantis, como a UNE, que não organizou os estudantes contra a desnacionalização da Educação ocorrida sob o governo do PT, assim como não organiza diante dos ataques do governo Bolsonaro. Para que a palavra de ordem “Educação não é mercadoria”, en-

Sobre o financiamento de empresas privadas à pesquisa, foram dados exemplos de dados de pesquisa que são omitidos, por contrariarem os produtos das empresas que financiam projetos no interior da universidade pública.

toada pelos movimentos, se torne realidade, é preciso um sistema único e gratuito de ensino – com expropriação da rede privada; controle por quem estuda e trabalha nas instituições de ensino.

No texto, também se aponta a pressão do imperialismo pela quebra da gratuidade. Foi o Banco Mundial que tem elaborado as diretrizes de privatização do ensino superior, que foram materializadas por FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, cada um mesclando com sua linha político-ideológica. Assim, é uma ilusão criminosas das correntes



apontarem as eleições de 2022 e saída do governo Bolsonaro para resolução dos ataques à Educação.

Na discussão, foram feitas considerações acerca das diferenças dos processos de privatização na América Latina. No Brasil, temos: o excesso de instituições privadas do ensino superior; o privatismo do EaD, com assessoria a professores, como venda de pacotes de materiais didáticos, entre outras funções; o avanço no processo de privatização do ensino básico, a exemplo da aprovação do Homeschooling; privatização das universidades, via Fundações; financiamento privado de pesquisas nas instituições públicas de ensino; e fragmentação do ensino pela Reforma do Ensino Médio. Sobre o financiamento de empresas privadas à pesquisa, foram dados exemplos de dados de pesquisa que são omitidos, por contrariarem os produtos das empresas que financiam projetos no interior da universidade pública. Assim como ocorre a falta de financiamento de cursos que não são interessantes ao mercado. Isso mostra que privatização não ocorre apenas pela cobrança de mensalidade.

O segundo texto estudado mostra que o elemento em comum, em torno das privatizações da Educação e das empresas estatais, é a pressão do imperialismo. Após a leitura da carta, um ex ferroviário da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) relatou o processo de privatização da estatal (hoje mais escancarado, sob o governo Dória). Há alguns anos, a CPTM faz compra de novos trens, vinculando com contrato de manutenção por 20 anos. Assim, o setor de manutenção próprio está sendo desmantelado, substituído por terceirizados, que recebem um salário muito menor. Diante do fechamento do setor, os funcionários da manutenção da CPTM passaram a ser celetistas; diante do fechamento das bases de manutenção, são alocados para regiões distantes, o que faz com que fique insustentável se manter no trabalho, pressionando os trabalhadores a pedirem demissão – inclusive com aplicação dos Programas de Demissão Incentivada (PDI). Após

este relato, foi feita uma pergunta: “Diante de tamanho ataque, por que não houve levante? Imagine a força dos metroviários, se parassem seu trabalho?” A resposta está em que as direções abandonaram a luta em defesa dos empregos, direitos e contra as privatizações. A Reforma Trabalhista foi aprovada, e, no dia da aprovação, nada foi feito pelas direções. A PEC 32 (Reforma Administrativa), que tira a estabilidade dos empregos dos servidores públicos, não está sendo respondida à altura pelas direções sindicais. Centrais e sindicatos se adaptaram aos ataques da burguesia, ao ponto de nem mencionarem que o setor privado já teve estabilidade, mas foi perdida. Em Pernambuco, a CUT enterrou o movimento contra a privatização do Metrô, defendendo uma audiência com Lula, que já mostrou, com

a carta ao povo brasileiro em 2002, que defende acima de tudo os interesses da burguesia. Por isso, a importância de defender a independência de classe, diante da burguesia e seus governos.

Um contato também falou da “incompetência” do governo Bolsonaro em aplicar integralmente sua política privatista. Respondemos que a impossibilidade de aplicar todas as medidas privatistas se encontra nos conflitos interburgueses e na crise política.

É preciso vincular a luta contra a privatização da Educação e das empresas estatais à luta anti-imperialista. No processo de privatização da Petrobrás, foram criadas 400 empresas, para bloquear/controlar a produção de combustíveis – e o que temos é uma alta nos preços. Na privatização da Eletrobrás, as cláusulas dificultam o processo de reestatização, se o Estado brasileiro quiser comprar novamente, precisa pagar 3 vezes o valor

da maior cotação. Juntamente às privatizações, temos os fechamentos de fábricas e desnacionalização da indústria. Já houve lutas históricas pela estatização. É preciso que se retomem estas lutas, unindo trabalhadores públicos, privados, desempregados, subempregados e estudantes, em defesa das reivindicações que expressam a defesa de emprego, salário e direitos.

Na discussão, foram feitas considerações acerca das diferenças dos processos de privatização na América Latina.

No Brasil, temos: o excesso de instituições privadas do ensino superior; o privatismo do EaD, com assessoria a professores, como venda de pacotes de materiais didáticos, entre outras funções; o avanço no processo de privatização do ensino básico, a exemplo da aprovação do Homeschooling; privatização das universidades, via Fundações; financiamento privado de pesquisas nas instituições públicas de ensino; e fragmentação do ensino pela Reforma do Ensino Médio.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Nesta edição:

- **Bolívia:** 87 anos de fundação do POR da Bolívia - Sobre as raízes trotskistas do Partido Operário Revolucionário. / Lora e a defesa da URSS - Defendamos a União Soviética.
- **Argentina:** Agravava-se a crise do governo.
- **Colômbia:** Petro presidente.
- **Equador:** Levante dos povos indígenas contra as medidas antipopulares e antinacionais.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Viva os 87 anos de fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia!

(1935- 2022)

Publicamos abaixo um sintético documento que expõe a origem e o desenvolvimento do POR-Bolívia. Na sua obra “Contribuição à História Política da Bolívia”, de 1978, Guillermo Lora, em dois grossos volumes, faz um estudo

completo e detalhado do lugar do POR na luta revolucionária do proletariado boliviano por sua emancipação, e os posicionamentos diante da tarefa de construção da IV Internacional. Esse estudo também consta das Obras Completas.

Nesses 87 anos, o POR-Brasil reconhece a importância decisiva das contribuições de Guillermo Lora para sua constituição e participação na formação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Sobre as raízes trotskistas do Partido Operário Revolucionário (Síntese de sua evolução ideológica)

Como nasceu o Partido Operário Revolucionário?

O Partido Operário Revolucionário boliviano (POR-Bolívia) foi organizado em junho de 1935, em Córdoba (Argentina). Dizemos várias vezes que nasceu no exílio, e que teve de vencer muitas dificuldades para poder aclimatar-se às particularidades econômico-sociais do país.

No primeiro momento, pareceu suficiente essa afirmação, mas não o é, se procuramos explicar por que é trotskista, e como evoluiu nesta linha política. Na atualidade, o POR está voltado a elevar sua ideologia, de forma que seja a resposta que colocam as massas radicalizadas, e que instintivamente se projetam à conquista do poder.

A existência do POR – pode-se dizer, uma longa existência –, o seu conhecimento da realidade econômico-social do país, ou o seu empenho em revelar as leis da história, demonstram que é a resposta à urgência de retirar o país de sua situação de atraso e de miséria. A nação oprimida pelo imperialismo tem de libertar-se do capitalismo putrefato, tem de substituir a grande propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social. Essa é a única maneira de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, grande motor do desenvolvimento da sociedade.

Dizemos anteriormente que, por meio dos protagonistas de sua fundação, o Partido Operário Revolucionário/Bolívia foi produto de forças políticas estranhas ao país – a verdade é que aparece como uma das expressões do movimento político-social da pré-guerra chaquenha. Não se deve esquecer de que elementos ra-

dicais – não poucos reivindicavam-se do marxismo, da Internacional Comunista e do anarquismo – se levantaram contra a guerra do Chaco, considerada por eles como produto dos interesses das empresas petrolíferas imperialistas. A onda chauvinista os isolou, e o governo os aprisionou e os desterrou da Bolívia.

Até aqui, tudo isso é quase um relato episódico, o que substituiu a investigação indispensável em torno dos elos que conduzem às fontes ideológicas, das quais o POR da primeira época se nutriu. É por isso que ficaram nas sombras as explicações em torno das influências no POR da primeira época.

Quais são os vínculos do POR com o Partido Comunista clandestino?

Se, nos primeiros cinco anos do presente século, era indiscutível a influência da social-democracia internacional sobre os movimentos sindical e socialista, particularmente por meio do Partido Socialista Argentino, em momento algum isso chegou a generalizar-se.

Durante a pré-guerra chaquenha, o movimento anarquista conheceu seu maior esplendor, ainda que seja certo que nunca alcançou um alto nível ideológico. Nos primeiros momentos do pós-guerra, foi virtualmente absorvido pelos marxistas. Apesar de seu radicalismo, teve influência nos meios esquerdistas, e, inclusive, nos intelectuais. Em outro lugar, assinalamos que o jovem José Aguirre Gainsborg, em certa oportunidade, utilizou o conhecido slogan anarquista de “sem deuses no céu, nem amos na terra!”.

Tampouco é um mistério que José Aguirre, quando foi des-

terrado ao Chile, por suas atividades de repúdio à guerra com o Paraguai, não demorou a ingressar no Partido Comunista desse país, e tornar-se um membro de seu Comitê Central, do qual foi expulso por ser trotskista.

Até agora, não se investigou como isso pôde ocorrer. O Partido Comunista Chileno, um dos mais importantes do continente, contava com um trajeto maior, reconhecido por todos, e tinha uma longa tradição organizativa. Nesse momento, dedicava muito empenho em expulsar todo militante suspeito de afastar-se da linha política já consolidada do estalinismo.

O maior contingente dos universitários, entre eles José Aguirre, estava vinculado ao movimento operário, e era virtualmente o canal de divulgação das ideias socialistas. Sabe-se que o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, com sede em Buenos Aires, e também a Confederação Sindical Latino-Americana, vinculada à Internacional Sindical Vermelha, realizavam uma ampla campanha na Bolívia, distribuindo generosamente suas revistas, folhetos, manifestos, etc. O irrequieto e inteligente José Aguirre pôs a conhecer tudo isso.

O que ocorreu no Chile – cujas linhas gerais assinalamos acima – nos leva a suspeitar que aquele que será um dos fundadores do Partido Operário Revolucionário estava vinculado ao Partido Comunista Boliviano, o que teria determinado que, quando chegou em seu desterro ao Chile, já tinha seu lugar no Partido Comunista Chileno.

Sabemos que Aguirre (Fernández) foi ganho pela Oposição de Esquerda que atuava no Chile. Amadureceu politicamente como um acirrado crítico do estalinismo contrarrevolucionário. Conhecemos seus números escritos, publicados no “Esquerda” de Santiago, de visível tom polêmico e inconfundivelmente crítico do estalinismo.

O jovem militante que fundou o POR, em nenhum momento, mostrou traços do estalinismo ou desvios de seu pensamento nesse sentido. Pode dizer-se que foi formado regamente na escola da Oposição de Esquerda. Os trotskistas chilenos que o conheceram jamais se referiram a que Aguirre tivesse mostrado, em algum momento, traços do pensamento estalinista.

Por que o Partido Operário Revolucionário é trotskista?

É preciso rechaçar energicamente a ideia de que o POR, como partido que se reivindica trotskista, seja a consequência inevitável desse “marxismo”, desse “leninismo”, condenado a acabar em todas as partes como ditatoriais, burocráticos, assassinos e destinados a batalhar, para que se prolongue indefinidamente a ordem capitalista, por meio da restauração do mesmo tipo que a Perestroika, por exemplo.

Ninguém ignora que o leninismo, a teoria e o partido revolucionário, que, em Outubro de 1917, dirigiram as massas russas até a vitória, até a conquista do poder, não era senão o marxismo de nossa época imperialista, isto é, da decadência do capitalismo mundial. Isso não deve ser entendido como a proposta de que, em um único ato, ocorra a revolução mundial e sua vitória, mas que essa revolução, que necessariamente começa em um país, em certo momento, e para projetar-se à sociedade sem classes, deve soldar-se com a revolução internacional. Para melhor compreensão, é melhor denominar o bolchevismo de marxismo de nossa época.

Da mesma maneira, o trotskismo é o marxismo de nossa época,

dominado por convulsões dos países atrasados, submetidos à opressão imperialista, enfim, semicolônias. Não deve ser apresentado como uma teoria estranha ao marxismo ou ao leninismo, como se fosse uma criação de Trotsky.

O marxismo-leninismo-trotskismo não é um catálogo de consignas, de respostas, que devam aplicar-se mecânica e obrigatoriamente em todas as latitudes do mundo, e em todas as circunstâncias, durante o ascenso e a decadência do capitalismo, por exemplo. Na realidade, trata-se de um método que ajuda os revolucionários a conhecer a realidade objetiva – as leis do desenvolvimento e transformação da sociedade sobre a qual se atua –, e transformar a classe operária de instintiva em consciente, pois, esta é a força motriz da revolução, que tem de chegar a ser o instrumento consciente das leis da história.

Dito de outra forma, o marxismo-leninismo-trotskismo, o militante do POR, tem de chegar a expressar política, teórica e conscientemente, o que é impulso instintivo e experiência das massas. Não irá impor desde cima aos oprimidos e explorados o objetivo estratégico, a tática e os métodos de luta. Mas, ao tornar o proletariado consciente, o prepara para que, conforme a evolução de sua consciência de classe, leve à prática determinada finalidade estratégica, tática e métodos de luta.

O trotskismo, o marxismo de nossa época, partindo da herança ideológica do marxismo-leninismo, permitiu revelar as leis da revolução de nossa época, dominada pela rebelião das nações oprimidas (países atrasados, semicolônias e coloniais) contra as nações opressoras (metrópoles imperialistas). O trotskismo é a concretização da realidade econômico-social de nosso tempo das leis gerais expressas pelo marxismo-leninismo, na época do capitalismo monopolista decadente (imperialismo).

Transformar a realidade objetiva é revelar as leis que regem seu desenvolvimento e mudança qualitativa – é criar teoria.

Trotsky – partindo da urgência de compreender o processo revolucionário na Rússia atrasada dos czares, e aplicando suas conclusões na rebelião dos países atrasados contra a opressão imperialista – fez contribuições fundamentais ao marxismo de nossa época, sendo imprescindível a teoria da revolução permanente, partindo da economia combinada, no marco do capitalismo mundial.

Não se trata de fechar-se em uma biblioteca, para estudar e memorizar o marxismo-leninismo-trotskismo, mas de compreender e aplicar suas leis à transformação e conhecimento da sociedade. Essa tarefa será realizada com proveito no seio das massas, vivendo sua existência e suas lutas cotidianas, o que exige politizá-las, organizá-las e mobilizá-las contra o capitalismo opressor e explorador.

A luta de classes entre o proletariado e a burguesia conduz à revolução social e à ditadura do proletariado (na atrasada Bolívia, a um verdadeiro governo operário e camponês). O que exige que a massa operária se transforme em classe, em consciência, em política.

O partido revolucionário – armado do método do materialismo histórico, de seu programa – penetra nas massas, procurando transformar seu instinto e sua experiência em consciência de classe, atividade na qual se transforma a si mesmo. O Partido Operário Revolucionário encarna a consciência de classe do proletariado, mas está obrigado a atuar constantemente como alavanca que impulsiona a evolução política dos explorados.

Os problemas que se colocaram ao Partido Operário Revolucionário

Nem bem se organizaram os primeiros núcleos poristas, surgiu a necessidade de dar resposta a problemas desconhecidos, que afloravam no ambiente político-social.

O arsenal teórico-político do Partido Operário Revolucionário/boliviano – impressionante pelo seu volume e qualidade – foi sendo elaborado no seio das massas e da realidade do país, com a ajuda da teoria da revolução permanente, que parte da economia combinada. O partido marxista-leninista-trotskista foi forjando-se por meio da aplicação – pressupondo a transformação radical da classe para revolucionar a sociedade – do método do materialismo histórico à transformação –, pelo conhecimento da realidade social objetiva.

O que temos alcançado neste plano nos permitirá responder à pergunta: o que entendemos por revolução permanente e economia combinada? É preciso repetir que o POR as usa diariamente como método, em seu objetivo incansável de revelar as leis que regem a vida e a transformação da sociedade, em cujo seio nos movemos. Nosso objetivo é a revolução social, e tudo o que fazemos objetiva aproximar as massas oprimidas e exploradas dessa finalidade, e não apartá-las dela.

O que entendemos por revolução permanente?

Movemo-nos no marco econômico-social dominado pelo fenômeno objetivo, que consiste no processo em que as forças produtivas, em seu persistente afã de continuar crescendo, se destroçam, ao chocar com as reacionárias e esgotadas relações de produção, ou grande propriedade privada burguesa dos meios de produção (o que se expressa por meio da crise econômica estrutural e das guerras internacionais pela partilha do mercado mundial).

Essa unidade superior, que é a economia mundial, impõe suas leis gerais a todas as economias nacionais e as transforma, processo que contribui à determinação das particularidades nacionais (a maior das quais na Bolívia é seu atraso pré-capitalista). O capitalismo monopolista dividiu o mundo em um punhado de metrópoles imperialistas (opressoras), e uma maioria de nações oprimidas (semicolônias).

É a realidade do processo histórico que coloca a necessidade de que as nações oprimidas se rebelam contra a opressão e a exploração imperialistas, como o caminho para superar o atraso. Por viver em uma sociedade capitalista, somente o proletário minoritário dos países atrasados pode materializar a gigantesca tarefa nacional de cumprir a superação do pré-capitalismo, e realizar as tarefas democráticas pendentes, para transformá-las em socialistas. Esse processo exige que a revolução, que inevitavelmente começa como nacional, deva entroncar com a luta revolucionária internacional, apoiar-se no internacionalismo proletário e na própria economia mundial. Tal é a síntese da revolução permanente.

Sobre a economia combinada

A economia combinada é a concretização nos países atrasados da lei geral do desenvolvimento desigual entre países e continentes. O que quer dizer a coexistência de diversos modos de produção, capitalista – que exerce supremacia por obra da economia mundial – e pré-capitalistas, assim se tipifica o atraso do país.

Trata-se consequentemente da tardia e peculiar assimilação do

país à economia mundial, que não permitiu seu desenvolvimento capitalista pleno e o surgimento de uma burguesia nacional, cuja consequência foi a de não ter cumprido as tarefas democráticas.

Grandes problemas que o POR teve de resolver

1) Posição diante do estalinismo

O POR nasceu quando o mundo vivia sacudido pela luta no campo da esquerda entre estalinismo e trotskismo. Distintamente do PSOB e outros grupos que se reivindicavam do antiestalinismo (há também um antiestalinismo burguês), o POR adota uma posição marxista de oposição à burocracia termidoriana do Kremlin, a qual qualifica de antimarxista, de ser canal de divulgação da política burguesa, de revisar os fundamentos da doutrina marxista-leninista (socialismo em um só país; revolução por etapas, para assim cooperar com a chamada “burguesia progressista”; coexistência pacífica com o imperialismo, etc.).

A finalidade estratégica da evolução social e da ditadura do proletariado obrigou o POR a lutar de maneira permanente pela construção e fortalecimento do Partido Mundial da Revolução Socialista, ou IV Internacional, baseados no Programa de Transição, redigido por Trotsky.

2) Discussão sobre as características nacionais

No plano continental, predominava a discussão em torno à natureza dos países latino-americanos, sendo que alguns deles eram apresentados como plenamente capitalistas, sem tarefas democráticas a serem cumpridas, nem problema nacional pendente de solução.

Uma das contribuições do POR consistiu na caracterização do Bolívia como país capitalista atrasado. Isto é, que já não pode ocorrer o desenvolvimento pleno e livre da ordem social burguesa.

O que pressupõe a supremacia do modo de produção capitalista e do proletariado, em um país no qual a maioria da população está imersa em modos de produção pré-capitalistas, como expressões de seu atraso.

3) A estratégia revolucionária

A revolução (anti-imperialista e agrária será cumprida pela nação oprimida contra o imperialismo, politicamente dirigida pelo proletariado. A tarefa é sepultar o capitalismo, e pôr em pé a ditadura do proletariado, verdadeiro governo operário-camponês, expressão da aliança operária e camponesa.

Sob o governo operário, serão cumpridas as tarefas democráticas que se transformarão em socialistas. O Estado operário está destinado ao desaparecimento para dar lugar à sociedade comunista.

A tática a ser desenvolvida é a frente única anti-imperialista, que levará as massas à insurreição, no momento da tomada física do poder político.

4) Obras realizadas

O POR contribuiu para transformar a classe operária em consciente (Teses de Pulacayo); assinalou o caminho que leva ao poder (Assembleia Popular), e se tornou para as massas na única referência revolucionária.

Junho de 1996 - (Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, LXIII, 1995-1996, Ediciones Masas)

Lora e a defesa da URSS

Em comemoração aos 87 anos de fundação do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, procuramos pronunciamentos antigos do POR sobre o revisionismo estalinista e as posições programáticas elaboradas por Trotsky. O mais antigo que encontramos foi o que abaixo transcrevemos, de 1942, portanto, seis meses antes de Stalin ordenar a dissolução da III Internacional.

Em 1960, Lora publicou o artigo “Defesa Incondicional da URSS”, escrito quando a URSS cumpria 43 anos. Eis o primeiro parágrafo: “Os 43 anos da URSS constituem prova irrefutável a viabilidade do socialismo. Os avanços e retrocessos na luta pela construção do comunismo não desvirtuam essa conclusão”. No quarto e quinto parágrafos, afirma: “Leon Trotsky, um dos artífices da vitória de Outubro de 1917, ensinou aos revolucionários de todos os países a defender e fortalecer a revolução russa, para que realmente se transforme em prólogo da revolução mundial, do comunismo. (...) O fundamental das conquistas da revolução bolchevique, o que se incorpora no arsenal da revolução de todas as latitudes, está constituído pela estatização dos meios de produção, planificação da economia e o controle estatal do comércio exterior; essas conquistas constituem as bases materiais sobre os quais se levantará a futura sociedade sem classes sociais”.

Em fevereiro de 1990, Lora responde à ofensiva restauracionista no governo de Gorbachev, com o livro “A Contrarrevolucionária Perestroika”. Em meio à crise do estalinismo no Leste Europeu, que vinha desde os anos de 1950 e se aprofundará nos anos de 1970, Lora aplicará a orientação de Trotsky, de que somente uma

revolução política poderia liquidar o poder da burocracia restauracionista, e defender as conquistas da revolução de Outubro. Seleccionamos a seguinte passagem: “As grandes convulsões sociais que têm lugar nos países dos Estados operários degenerados são descomunais levantes de massa, em cujo seio continua se manifestando a luta de classes, ainda que por alguns momentos de maneira encoberta. O proletariado, às vezes, marcha dissolvido em meio a outros setores sociais e, quase sempre – ao menos por enquanto –, dominam as tendências democratizantes. Trata-se de reivindicações democráticas difusas, sem precisão, como resposta às brutais ditaduras estalinistas, nas quais, sem dúvida, está presente a presença e influência da burguesia internacional, do imperialismo. Paga-se um alto preço pela persistente presença das ilusões democráticas. Por isso, constitui um dever imprescindível, erguer a bandeira da revolução política e da ditadura do proletariado autêntica”.

O conjunto de formulações do POR da Bolívia desde os anos de 1940 em relação ao revisionismo estalinista expressou a luta de Trotsky contra a teoria do socialismo em um só país de Stalin, contrária às diretrizes leninistas da revolução mundial.

Publicamos abaixo o artigo de 1942

Defendamos a União Soviética

Guillermo Lora, dezembro de 1942

“A oligarquia de Moscou, em todo o caso, não sobreviverá à guerra que tanto a assusta”- Leon Trotsky – “Josef Stalin, visto por mim”

O proletariado que não sabe defender as conquistas não poderá conseguir outras maiores.

Os meios de produção estatizados e a economia planificada são as bases (conquistadas pela revolução proletária de Outubro), que podem servir para edificação da sociedade comunista.

No Estado operário, nasce um tumor: a burocracia estalinista. Se queremos salvar o organismo ameaçado seriamente de morte, temos de extirpar o tumor. É preciso destroçar a burocracia bonapartista, para salvar o primeiro Estado operário do mundo.

A pressão das forças reacionárias, tanto do interior da Rússia como da burguesia internacional, por um lado, e o atraso da revolução internacional, por outro, refletido nas maiores derrotas que a história conhece, degeneraram o Estado operário (ainda é certo que essa degeneração não destruiu o caráter operário do Estado soviético), e permitiram a constituição da burocracia bonapartista de Stalin. Stalin é a criação das forças reacionárias.

A enorme vitalidade das conquistas da revolução russa permitiu resistir a todos os ataques de Stalin, o verdugo da revolução.

No Estado operário, nasce um tumor: a burocracia estalinista. Se queremos salvar o organismo ameaçado seriamente de morte, temos de extirpar o tumor. É preciso destroçar a burocracia bona-

partista, para salvar o primeiro Estado operário do mundo.

A péssima posição internacional que hoje ocupa a União Soviética é obra exclusiva da política estalinista. A burocracia do Kremlin, temerosa de uma próxima guerra, fez enormes e incriveis concessões aos bandos imperialistas democráticos, concessões que não fizeram mais do que apressar a entrada da Rússia na Segunda Guerra Mundial.

Por que Stalin teme tanto a guerra? Fundamentalmente, porque sabe que não sobreviverá a nenhum profundo abalo. A política internacional do Kremlin não está ditada pelos interesses do proletariado, mas pelos interesses exclusivos da burocracia. Sua própria conservação é a suprema lei que rege as atividades da casta despótica de Moscou.

O grupo democrático (Estados Unidos e Inglaterra) está utilizando os valorosos trabalhadores da União Soviética em defesa de seu sistema escravista. As “democracias” se impuseram a missão de destruir a obra do odiado Lênin, por meio do esgotamento. Stalin empurrou a URSS para que sangue, em benefício dos exploradores da maior parte do mundo. Do pacto democracias-Stalin, a Rússia é bucha de canhão, e as democracias, o lobo.

O proletariado da América Latina, como o de todo o mundo, defende a URSS, mas não a sua camarilha parasitária. Defende as conquistas da Revolução de Outubro, mas não os interesses de seus próprios exploradores, o imperialismo Anglo-Ianque. Não podem defender aqueles que arrancam o sangue. O pacto democracias-estalinismo é só um pacto acidental e passageiro, que de

nenhum modo pode ocultar os antagonismos entre explorados e exploradores.

A III Internacional, instrumento servil da burocracia de Stalin, há muito tempo esqueceu a luta de classes. Para ela, todo o pacto de Stalin com os países capitalistas significa o apoio da Internacional (e assim se esquece que 'Internacional Comunista' não é senão a expressão revolucionária do 'fator internacional') aos trabalhadores. Ontem, foi a Alemanha, hoje, são os Estados Unidos e a Inglaterra, os aliados da Terceira Internacional. A história se repete e a Internacional é um brinquedo de Stalin.

Defendemos a Rússia soviética, mas o fazemos de um modo marxista, pelos métodos revolucionários. Não esqueçamos da luta de classes, porque significa trair o marxismo, pelo contrário, a agudizamos, para melhor defender a Rússia soviética, atacando o imperialismo ianque. Não esqueçamos de que o pior inimigo é aquele que mais diretamente nos explora. Ajudemos a Rússia, preparando-nos para a revolução proletária, e não por meio do governo de Washington, como fazem os traidores da III Internacional.

A revolução proletária internacional é a condição para salvar a Rússia de sua degeneração, e será também a melhor defesa contra o capitalismo mundial.

A tese leninista de que o destino da URSS está vinculado à marcha da revolução proletária em escala internacional não perdeu a sua vigência, ao contrário, aumentou o seu vigor.

Os agentes da GPU afirmam que é preciso atacar o fascismo, ajudando as democracias. A guerra atual para eles é o terreno onde jogam a democracia e o fascismo. Não se pode esquecer de que todos os países "democráticos", na medida em que as exigências bélicas os condicionam, dão as costas para as garantias democráticas, e recorrem a medidas totalitárias.

Os escravos da América somente têm um caminho para ajudar a URSS e salvar-se do fascismo: destruir as democracias imperialistas. Não se pode esquecer de que o caminho mais curto para o fascismo é, precisamente, o da democracia imperialista. Tampouco se deve esquecer de que os 'democratas' levaram Hitler ao poder, para que esse destruísse o comunismo. Apoiar as democracias é atacar o Estado operário russo, e trabalhar pelo advento do fascismo.

Desde já, a guerra colocou à humanidade dois caminhos: ou a ditadura revolucionária do proletariado, ou a ditadura militar burocrática fascista.

Somente se pode chegar à ditadura do proletariado destruindo o imperialismo que nos explora. Para os explorados da América Latina esse imperialismo é o Anglo-Ianque. Ajudemos a Rússia dos soviets, preparando-nos para aproveitar a próxima situação revolucionária, que virá como consequência desta guerra entre escravizadores.



Os escravos da América somente têm um caminho para ajudar a URSS e salvar-se do fascismo: destruir as democracias imperialistas. Não se pode esquecer de que o caminho mais curto para o fascismo é, precisamente, o da democracia imperialista. Tampouco se deve esquecer de que os 'democratas' levaram Hitler ao poder, para que esse destruísse o comunismo. Apoiar as democracias é atacar o Estado operário russo, e trabalhar pelo advento do fascismo.

Se esquecermos da luta de classes, isto é, se esquecermos de que o imperialismo ianque é nosso explorador, Wall Street nos enviará um pequeno Hitler, encarregado de disciplinar seus escravos, que, na guerra, ajudam a defender seus depósitos de matérias-primas e seus reconhecidos mercados. Se se colaborar com o imperialismo ianque e inglês, estes oportunamente reduzirão a Rússia comunista a uma semicolônia.

Lutar pela revolução proletária internacional é luta contra a burocracia bonapartista de Stalin. Pela derrota da burocracia de Stalin! Defendamos a URSS com os métodos revolucionários! Lutemos contra o fascismo, destruindo as democracias imperialistas"

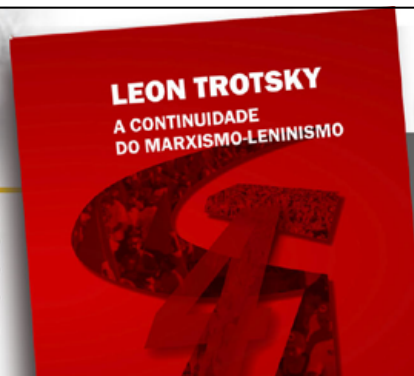
(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo I, 1942-1947, Ediciones Masas)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato".



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Argentina

Agrava-se a crise do governo

A crise interna do governo estourou agora, devido ao escândalo do gasoduto, que concluiu com a queda do ministro Kulfas, por sugerir que pode ter havido corrupção no processo. São três as licitações vinculadas ao gasoduto: as tubulações, as válvulas e a construção, colocação através de 570 km das tubulações e as válvulas. A licitação da construção não teve vencedores, e a das válvulas foi declarada deserta. O custo total da obra – para chegar de *Vaca Muerta* até *Salliqueló*, na Província de Buenos Aires – se estima entre 1,3 e 1,6 bilhões de dólares.

Como opinar sobre a questão técnica? Os sindicatos de trabalhadores do setor metalúrgico, siderúrgico, petroleiro devem aportar seu conhecimento direto, apoiados nas faculdades de engenharia. Não se pode ficar à mercê dos palpiteiros interessados da imprensa, pagos pelas empresas ou pelo governo, ou seus funcionários, para decidir quais são as necessidades.

Já tem um processo judicial para investigar se houve irregularidades na licitação das tubulações atribuídas à Techint, pois, os comentários de Kulfas insinuam que a licitação foi desenhada para favorecer esse grupo. Ele afirma que se estabeleceu uma espessura de 33 mm para a chapa e que, se tivesse estabelecido em 31 mm, a empresa *Laminados Industriales*, de Villa Constitución, poderia ter disputado a licitação, o que foi desmentido pela empresa, que afirma não poder fabricar essas tubulações. O juiz intimou as empresas *YPF*, *Pluspetrol*, *Tecpetrol* e *Total* para indicarem que requisitos técnicos considera imprescindíveis para a construção do gasoduto.

Por outro lado, Tenaris-Techint afirma que não há outra empresa que possa produzir tubulações para colocar 2 Km por dia, e chegar a concluir essa parte do gasoduto antes do próximo inverno. Techint produz a chapa no Brasil, e conclui o cano sem costura em Valentin Alsina, Lanús. Para poder importar a chapa, pede que o Banco Central libere US\$ 200 milhões. Por isso, Cristina Kirchner, no ato dos 100 anos da YPF, assinalou publicamente a Techint, pedindo que invista e os produza no país, sabendo que, com a urgência da obra, não seria possível realizá-la. Não lhe ocorreu assinalar que é necessário acabar com a po-

lítica neoliberal, que liquidou a siderurgia estatal, estatizando Techint, e construindo um trem de laminados para que se possa produzir toda a chapa que se precisa.

A verdade é que Techint é suspeita de corrupção por suas condenações judiciais na Itália e nos Estados Unidos.

Como opinar sobre a questão técnica? Os sindicatos de trabalhadores do setor metalúrgico, siderúrgico, petroleiro devem aportar seu conhecimento direto, apoiados nas faculdades de engenharia. Não se pode ficar à mercê dos palpiteiros interessados da imprensa, pagos pelas empresas ou

pelo governo, ou seus funcionários, para decidir quais são as necessidades. Confundem de propósito ou por ignorância a discussão sobre a espessura das chapas com o diâmetro das tubulações.

Do que não se fala é porque demorou cinco anos para se realizar esta obra prioritária, porque não se destinaram os recursos para fazê-la. Quem são os responsáveis pelo prejuízo enorme que se faz ao país. Contra eles, nunca há processos, nunca há punição. Porque há um domínio monopolístico na produção dessas tubulações, que são essenciais. Demorar as obras, até que se produza uma emergência impostergável, é um mecanismo da corrupção, que obriga ao governo a contratar nas condições que impõe o monopólio.

Sobram os dólares para fazer as obras, o que ocorre é que são usados para pagar dívidas fraudulentas, importar produtos supérfluos ou facilitar a sua fuga. Cristina Kirchner se vangloria de ter pago mais de US\$ 190 bilhões da dívida externa, e seus sucessores continuaram contraindo dívidas, por mais US\$ 100 bilhões. Se esses recursos tivessem sido aplicados na economia nacional, poderíamos ter uma situação muito diferente.

“*Laminados Industriales*” hoje diz que não está em condições de produzir as tu-

bulações, mas, se tivesse planejado com suficiente antecipação, teriam conseguido fazê-los? É um crime importar laminados que se poderiam fazer no país, é um crime o desperdício de divisas. Mas, o maior crime é ter destruído e entregue a produção siderúrgica, que estava nas mãos do Estado, ao monopólio multinacional. Pode se suspeitar legitimamente que tampouco há interesse das multinacionais do setor petroleiro para se concluírem os gasodutos. Já assinalamos que toda a indústria hidrocarbonífera deve ser estatal, desde a exploração até a comercialização.

Techint também se assegura da proteção monopolista pelo Estado, uma vez que bloqueia a importação das tubulações desde a China, que são muitíssimo mais baratas. Este protecionismo protege a multinacional, enquanto o Estado abandona grande parte das indústrias locais.

As denúncias de Kulfas apontam contra o setor kirchnerista, e expressam os desacordos dentro do governo, sobre como responder a todos os problemas. Uma das últimas disputas girou em torno à autorização do incremento das tarifas elétricas, para baixar os subsídios do Estado às empresas e, também ao desabastecimento do diesel, em grande parte do país, e o anúncio dos aumentos do transporte. Um ajuste atrás do outro, que pesa nas costas da maioria oprimida. O kirchnerismo, que quer se diferenciar, também é arrastado por esta política fundo monetarista do governo, ao que segue pertencendo, e que jura sustentar, garantindo a unidade.

O único que faltava é que as denúncias judiciais suspendam as licitações, e se perca outro inverno. Se este governo não tem capacidade para governar e resolver questões prioritárias, devemos pensar em como substituí-lo. O anterior sabotou explicitamente a economia nacional, e o que propõe a oposição burguesa para substituí-lo fez o mesmo. Devemos refletir sobre esta manifestação de incapacidade da burguesia, de todas as suas frações, para resolver os problemas prioritários da economia e para a maioria oprimida.

(*Extraído do Jornal Massas, nº 416, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina*)

Colômbia

Petro presidente

Preparar as massas para a luta em defesa de suas reivindicações

O nacional-reformista Gustavo Petro saiu vencedor, no segundo turno, com mais de 50% dos votos. Seu triunfo, diante do candidato “independente” direitista Rodolfo Fernandez, foi apresentado, pela esquerda reformista da América Latina, como uma derrota histórica da direita. O Partido Operário (PO, Argentina), por sua vez, afirmou que será “favorável” à luta dos assalariados contra o regime.

Ambas as apreciações confluem em associar a derrota eleitoral da direita, que governou o país desde a fundação da República, como uma mudança radical no cenário político da luta de classes. O próprio Petro alimenta essa farsa, junto a sua vice-presidente, Franca Márquez, assinalando que se trata de uma vitória dos “de abaixo” contra os “de cima”, e que mudaria definitivamente o país.

A esmagadora maioria operária, camponesa e popular foi o esteio eleitoral e social de sua vitória. Ampliou-se a ruptura das massas com os partidos e políticos burgueses. Foi a possibilidade certa de sua vitória nos dias prévios que, inclusive, levou à queda das abstenções, que passaram, de mais de 52%, no primeiro turno, para 42%, no segundo.

As ilusões das massas na possibilidade de um governo dito “progressista” e “esquerdista” ascender ao comando político do Estado semicolonial, democratizar o país, acabar com o terrorismo policial e paramilitar e, fundamentalmente, abrir caminho a amplas reformas econômicas e sociais, são indicadores claros da ausência de uma direção revolucionária, que se reflete distorcidamente na recomposição da governabilidade burguesa, por meio de um partido e candidato indesejado pela burguesia; mas que poderá cumprir um papel relevante, no objetivo de conter e disciplinar institucionalmente as tendências da luta de classes.

Apesar dos retrocessos no avanço da luta das massas, que se insurgiram contra o regime burguês, em 2019 e 2021, continuam presentes as tendências latentes de revolta. O fato de se manter o abstencionismo eleitoral em um elevado patamar indica que existem setores do operariado, campesinato e da juventude oprimida (especialmente aqueles que estiveram na linha de frente e constituíram o setor mais radicalizado das greves e dos levantes), que já não acreditam ou pouco acreditam nas vias democrático-burguesas para resolver seus problemas. Mas, no entanto, não passou de um protesto passivo, por não conseguir expressar essa rejeição instintiva em programa político. Nessa contradição, está expressa, em toda sua gravidade, a crise de direção revolucionária.

Mas, a lua-de-mel do recém-eleito governo nacional-reformista com essas conjunturais condições favoráveis para dar seus primeiros passos se desfarão, logo que a crise capitalista dar mais um salto à frente. Quer dizer, ele não contará com as vantagens que tiveram os governos “democráticos e populares”, a exemplo de Lula, Evo Morales, Rafael Correia e Hugo Chávez.

À época desses governos, a alta da economia mundial e os elevados lucros monopolistas permitiram despejar algumas migalhas para os explorados na forma de ultralimitadas reformas sociais, ganhos salariais e ampliação dos subsídios sociais. Petro, porém, toma

posse do comando do Estado burguês em um período de derrubada da economia mundial, de avanço da miséria e fome, de elevado desemprego, e de violetas ofensivas burguesas contra as condições de vida das massas. Contará, é certo, com maioria parlamentar; mas logo se verá submetido às manobras dos partidos oligárquicos e da burguesia semicolonial ao interior das instituições. Terá de lidar ainda com um aparelho repressivo, subordinado às frações da burguesia narcotraficante e oligárquica. Terá de enfrentar, também, a não solução do problema guerrilheiro, e adotar uma posição perante as frações das ex-FARC e do ELN, que continuam com suas operações, e assim dar uma solução definitiva aos “Acordos de Paz” com a guerrilha e o exército para desmilitarizar o país.

Pela primeira vez na história do país, um governo da esquerda burguesa e pequeno-burguesa chega ao comando do Estado. Isso explica por que as ilusões democráticas no novo governo serão um importante fator na nova conjuntura política, para conter os instintos de revolta das massas. Outro fator novo, e mais poderoso, será o da projeção da política de conciliação de classes. Basta com ver que as direções sindicais trabalharam abertamente pela sua vitória, e estão obrigadas a pedir ao novo governo que não desencante prematuramente as aspirações dos explorados.

No entanto, essas condições políticas, momentaneamente favoráveis, logo desaparecerão. A experiência dos governos reformistas de Peru (Castillo) e Chile (Boric) demonstram que, mais cedo que tarde, Petro se verá obrigado a assumir o curso da violenta ofensiva imperialista contra a vida das massas. O que o colocará em choque com as suas necessidades vitais.

O ponto de partida da política revolucionária está em compreender que as tendências objetivas da crise obrigarão às massas a reagirem à miséria e à destruição de salários, empregos e direitos, com a ação coletiva. É com essa compreensão que a vanguarda com consciência de classe avançará na tarefa de ajudar a superar as ilusões democráticas no novo governo, e traduzir em política consciente a ação instintiva de massas. Os alicerces do programa que as unificarão e lhes permitirão dar passos em sua independência de classe já foram assentados por elas mesmas, quando combateram as contrarreformas antipopulares do governo reacionário de Iván Duque, em 2021: aumento imediato dos salários; nenhuma reforma da Previdência; nenhuma medida que retire direitos conquistados; pela educação universitária pública e gratuita; por uma renda universal mínima para os desempregados; aumento dos investimentos públicos em transporte e saúde; defesa das liberdades democráticas; desmantelamento do aparelho repressivo, etc. Trata-se, portanto, de reuni-las em um plano comum de reivindicações e, assim, projetar os oprimidos com uma só força contra a burguesia e seu Estado.

É construindo o partido marxista-leninista-trotskista, ligado à luta e aos organismos das massas, e erguendo a estratégia revolucionária, que vanguarda evitará que as massas mergulhem na apatia ou na passividade, quando verem suas ilusões no novo governo caírem por terra.

Equador

Levante dos povos indígenas contra as medidas antipopulares e antinacionais

Há duas semanas, se mantêm os piquetes, os bloqueios de rodovias e manifestações massivas dos povos indígenas contra a escalada inflacionária, aumento de preços dos combustíveis e a negativa do governo de Guillermo Lasso de cumprir os acordos realizados após a implosão do levante de 2019.

As capitais e cidades do interior do país são verdadeiros campos de batalha entre manifestantes e as forças repressivas. A cada decisão do governo em militarizar e restringir as liberdades democráticas, cresce a radicalização da luta indígena, e somam-se cada vez mais setores e sindicatos de trabalhadores e populares. A tendência é a de se agravar a crise política, e se projetarem mais uma vez as condições sociais que levaram os oprimidos a se levantarem em 2019, para derrubar as contrarreformas e as medidas privatizantes do ex-presidente Lénin Moreno.

Após dois anos de “trégua” e de refluxo dos movimentos durante a Pandemia, ressurgem com violência as contradições de um país submerso na pobreza e miséria, e alvo de uma brutal ofensiva de medidas antipopulares (privatizações, destruição dos serviços públicos, reforma trabalhista etc.), e antinacionais, ditadas pelo imperialismo para saquear o país (petróleo, gás, minerais etc.).

Encurralado e procurando isolar os povos indígenas e abortar a unidade das lutas instintivas, o governo desfechou uma brutal repressão. Os feridos e presos se contam a centenas. Um manifestante tombou, sob as balas das forças policiais. Em três estados, foi declarado “suspensão” o direito de “livre associação e reunião”. Às investigações por “sabotagem”, “sequestro” (retenção à força de policiais por indígenas) e atentados contra o “patrimônio público”, soma-se a acusação de que os protestos estão “*associados ao narcotráfico*”. A detenção ilegal de Leonidas Iza, máxima liderança da CONAIE, na madrugada de 14 de junho, por forças do exército, assim como o processo penal por sedição, indica até que ponto o governo está disposto a ir em defesa dos interesses e lucros da burguesia equatoriana e do imperialismo. O ministro da Defesa, Luis Lara, assinalou que os protestos “*colocam em risco a democracia*”. Trata-se, claramente, de uma ameaça golpista.

As medidas ditatoriais e a militarização do país demonstram qual a via traçada pelo governo para impor, se for preciso a fogo e sangue, a política antinacional e antipopular. Está claro que a burguesia não está disposta a aceitar nenhuma das reivindicações indígenas. Ocorre que o “Plano dos Dez Pontos” excedem as demandas das massas indígenas e confluem, objetivamente, com as necessidades e reivindicações mais urgentes dos explorados assalariados e demais oprimidos do país. Eis: 1) redução e congelamento dos preços de combustíveis; 2) subsídios sociais, moratórias de no mínimo um ano, e redução das taxas de juro das dívidas de 4 milhões de famílias pobres; 3) preços mínimos garantidos para produtos agrícolas do campo; 4) fim da terceirização, criação de empregos de carteira assinada e direitos trabalhistas garantidos para os trabalhadores; 5) moratória a expansão da exploração de minérios e hidrocarbonetos em defesa de ecossistemas nativos e da biodiversidade; 6) respeito aos 21 direitos coletivos (educação intercultural bilingue, justiça indígena, consulta prévia, etc.) e autodeterminação dos povos indígenas; 7) fim das privatizações nos setores estratégicos da economia nacional; 8) controle de preços em toda a cadeia de produção e comercialização de produtos básicos; 9) imediato aumento orçamentário para Saúde e Educação, acesso da juventude ao ensino superior e melhorias na infraestrutura de escolas e universidades; 10) políticas de segurança pelo fim das atividades criminosas e ilícitas.

Trata-se de uma base de reivindicações para unir nacionalmente a luta das massas contra as medidas pró-imperialistas e o governo entreguista. Está aí explicado por que Lasso trilha o caminho repressivo, sem, contudo, deixar de negociar com o movimento. Nos últimos dias, anunciou um plano que, segundo disse, daria respostas às reivindicações e criação de condições para “pacificar o país”. Eis: aumento imediato dos subsídios sociais (de US\$ 50 para US\$ 55), duplicação do orçamento para Saúde e Educação, subsídios aos pequenos e médios produtores, anulação dos créditos não pagos no valor de US\$ 3 mil, uma linha de créditos agrícolas, com taxas de 1%, com até 30 anos de prazo, congelamento dos aumentos no preço dos combustíveis, e revisão das privatizações.

A manobra é clara: dilatar as negociações, e depois rejeitar as promessas, impondo de fato os interesses imperialistas. Em 2019, Moreno recorreu ao mesmo expediente, para desativar os protestos e arrefecer a crise pré-revolucionária. Eis por que as massas indígenas se negam a abdicar de seu direito à “resistência e luta coletiva”, até que se efetivem todas suas demandas.

Não há como a burguesia fazer qualquer concessão às massas, quando visa a seguir com as contrarreformas e privatizações, e garantir seus lucros, em meio à queda geral da economia mundial. De maneira que as massas terão de continuar avançando nas lutas e na radicalização de seus métodos coletivos, se pretendem impor suas reivindicações. O “Plano dos Dez pontos” sintetiza as necessidades mais imediatas e vitais do conjunto da população pobre e miserável, perante o curso desagregador da economia. Portanto, pode converter-se em um esteio da organização de um movimento nacional dos assalariados e demais oprimidos.

O problema está em que está ausente o proletariado organizado como classe independente. A ausência de uma vanguarda com consciência de classe organizada em partido, marxista-leninista-trotskista, impede o proletariado de romper os bloqueios burocráticos, assumir a direção das massas oprimidas e criar as condições de um poderoso movimento unitário e radicalizado das massas em luta, contra a burguesia e seu governo.

A experiência dos últimos anos é decisiva para demonstrar que a elevada combatividade, o número e a homogeneidade das condições de vida e cultura dos povos indígenas são insuficientes para transformar os levantes instintivos em luta revolucionária pela de expropriação da grande propriedade privada monopolista dos meios de produção, e sua transformação em propriedade social. Essa tarefa é encarnada pelo proletariado, a única classe capaz de efetivá-la. Como em 2019, a ausência da direção revolucionária não será preenchida pelo radicalismo e explosividade dos movimentos. Mas, se avançarem as tendências instintivas e conscientes e unificação das massas em luta, se criarão condições para a vanguarda cumprir essa imediata tarefa histórica, e lutar por constituir o proletariado como sua direção, erguendo uma frente única anti-imperialista.

O CERQUI se coloca pela defesa incondicional do direito das massas indígenas de recorrer à ação direta e coletiva para impor suas reivindicações. E luta em cada país em que atuam suas seções nacionais por organizar a classe operária e os demais oprimidos, desde suas assembleias e comitês de base, para organizar a luta contra o desemprego, o fechamento de fábricas, os ajustes, privatizações, as contrarreformas, a fome e miséria, sob a orientação estratégica da revolução e ditadura proletárias, e da bandeira do governo operário e camponês.